

## **018ª SESSÃO ORDINÁRIA 18MAR2015**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Convido para compor a Mesa os Srs. José Sanhudo e João Sanhudo, filhos do ex-Vereador Ary Veiga Sanhudo, que hoje estaria completando 100 anos e que será homenageado pelo Ver. Airto Ferronato. O Sr. Ary Veiga Sanhudo foi Secretário Municipal dos Transportes e Vereador por duas Legislaturas: de 1952 a 1955, pelo PTB; e de 1956 a 1959, pelo PSP.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que nos visitam na tarde de hoje; um abraço ao José e ao João Sanhudo. Hoje, estamos aqui, falando em tempo de Liderança do nosso partido, por uma razão bastante especial. Como disse o nosso Presidente, o ex-Vereador e escritor Ary Veiga Sanhudo completaria no dia de hoje 100 anos. O Sanhudo foi escritor, Vereador e um dos grandes construtores da memória afetiva da cidade de Porto Alegre.

Às vésperas de a Capital comemorar a Semana de Porto Alegre, agora, recuperar a memória desse ilustre cidadão porto-alegrense é essencial para a história desta Casa e da nossa Cidade. Suas crônicas, reunidas em dois volumes na obra “Porto Alegre - Crônicas de Minha Cidade”, com extensos artigos do Sanhudo, publicados, à época, no jornal Folha da Tarde, que registraram a transformação da paisagem da Capital, dos estilos e condições da nossa Cidade. Essa iniciativa não se restringe a recuperar a sua memória. Em contato com familiares, fomos ajudados, e também pelo nosso Memorial da Casa - por isso aqui é interessante fazer uma referência toda especial ao Jorge Barcellos, que tem trabalhado bastante conosco ali no Memorial e que dispôs a nós o acervo do Ver. Ary Veiga Sanhudo.

Em primeiro lugar, é importante esta nossa homenagem na data do seu centenário de nascimento, para registrar o Sanhudo como memorialista; um homem que trouxe para Porto Alegre diversas questões. Acho que é interessante fazer um registro - vou falar daqui a pouco -, de que foi o Sanhudo que apresentou e aprovou a primeira lei que dividiu a Cidade em bairros, meu caro Presidente Mauro.

---

Eu quero registrar que no dia da sua posse, Presidente Mauro Pinheiro, V. Exa. falou da importância de tratarmos a questão das cidades da região Metropolitana. Hoje, o Ver. Mauro e todos nós estamos envolvidos na visão da metrópole e das cidades da Região Metropolitana, e foi o Sanhudo, certamente, que iniciou essa grande visão, quando compreendeu a importância de dividir a Capital em bairros que ainda hoje existem e têm a mesma conformação do nosso atual momento.

Portanto, nós precisamos registrar que a lei dos bairros trouxe para o Parlamento essas preocupações. E quem trouxe a nós essas preocupações foi o Sanhudo, que nos apresentou essas questões retratadas e registradas por uma das maiores historiadoras de Porto Alegre, Sandra Pesavento.

Queremos então registrar que esta homenagem aos seus 100 anos de nascimento merece e precisa toda uma referência nossa. E, para homenagear o Ary Sanhudo, nada mais importante do que tê-los, amigo João, amigo José, conosco nesta tarde. Nós, da Câmara, estamos bastante orgulhosos pela presença de vocês. A cidade de Porto Alegre vai fazer, através do nosso Memorial, através do Professor Jorge Barcellos, uma exposição nesta Semana de Porto Alegre. O tempo está se esgotando; teríamos muito a dizer aqui, mas vou registrar que hoje nós vivemos na era do Facebook, na era do *e-mail* e na era do WhatsApp, e o Sanhudo dizia há muito tempo, uma frase muito importante e atual: "Escrevam mais!" Eu acredito que a síntese desta grande figura esteja nesta frase: escrevam mais. Hoje é o momento em que nós escrevemos bastante. Vejam que Sanhudo escrevia bastante há muito tempo. Um abraço, parabéns a todos e obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, no dia de ontem foi ao ar, em rede nacional, o programa do nosso partido. Apresentamos os tópicos do nosso partido, e o Solidariedade foi o partido que mais convocou o povo a ir para as ruas no dia 15 de março. Andamos aqui em Porto Alegre com as nossas bandeiras, com os nossos adesivos, junto com o povo. Ontem, apresentamos à população o motivo pelo

---

qual fizemos isso. Primeiro, porque a Presidente disse que jamais mexeria no direito dos trabalhadores; isso levou milhares de trabalhadores às ruas neste dia 15 de março. Ela mexeu no seguro desemprego. Ontem, botamos o depoimento de vários trabalhadores que perderam seu seguro desemprego - mais de 10 milhões de trabalhadores serão prejudicados na questão do seguro desemprego. O nosso partido está trabalhando no Congresso Nacional para derrubar essa Medida Provisória que prejudica a classe operária. As regras do abono salarial e do PIS, e ontem mostramos também exemplos de pessoas que são beneficiadas com o PIS, de pessoas que trabalham seis meses e ficam desempregadas – hoje existe um grande número de pessoas desempregadas –, além da questão do aumento da luz que foi de mais de 40%, como da gasolina; a inflação que está na vida das pessoas. Então, o pacote de maldades que continua dificultando a questão do auxílio-doença; a pensão de morte; o Seguro Defeso, para os pescadores, quando não podem pescar. Tudo isso foi planejado, tudo isso foi feito pela equipe econômica da Presidente, antes das eleições, mas ela escondeu essas medidas nos debates, nos programas eleitorais.

Falamos na questão do fator previdenciário: a Presidente disse que ia acabar com o fator previdenciário. Não acabou, no mandato, e não vai acabar. A sua equipe econômica, a sua trinca sinistra não permite isso. A questão do Imposto de Renda, que já acumula uma perda de 67%, e a Presidente ainda vetou o reajuste que o Congresso Nacional apresentou.

A Presidente tem uma proposta de intervenção na Polícia Federal. A proposta do nosso partido é de autonomia da Polícia Federal, principalmente com grande repressão ao tráfico nas fronteiras e um apoio maciço da polícia dos Estados e Municípios. Na questão da educação, do Fies, em que cortou R\$ 7 bilhões. E na última pesquisa que saiu, 60% das pessoas que ganham até dois salários mínimos acham o seu governo ruim ou péssimo.

Então, quero dizer que se as pessoas que foram às ruas no dia 15 de março, conforme as imagens (Mostra imagens.), são “coxinhas”, eu prefiro ser “coxinha” a ser trouxinha. Eu não quero ser trouxinha. Então, eu trouxe aqui para os colegas optarem (Distribui salgadinhos no plenário.): quem achar que é trouxinha como eu, coma trouxinha; quem achar que é enroladinho, coma enroladinho; e quem achar que é “coxinha”, coma coxinha! Agora, o que o povo brasileiro não é mais é trouxa ao ver bilhões e bilhões serem

---

roubados! Eu não sou trouxinha; eu não sou “coxinha”; eu não sou otário, como o povo brasileiro não é otário! E o povo brasileiro não aguenta mais ver impunidade no Brasil. Ainda ontem, vimos um dos delatores dizer que o Zé Dirceu...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... continua sendo o mandatário de toda a corrupção do Brasil. Além de ser o mandatário do “mensalão”, continua sendo o mandatário do “petrolão” - estava por trás disso. Esse homem é o cara, o homem continua comandando a corrupção neste País descaradamente! Então, com força, fé, muita luta e esperança, como essa grande caminhada que foi feita - a imagem vale mais que muitas palavras -, demonstrando a indignação do povo brasileiro, dos trabalhadores, porque quem ganha dois, três, cinco salários mínimos são os operários. E todo povo brasileiro não aguenta mais isso. Força, fé, esperança e solidariedade, nós vamos mudar a política e vamos caçar os corruptos deste País.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e a todas, eu queria, neste tempo de Liderança do PSOL, falando em meu nome e do Ver. Prof. Alex Fraga, cumprimentar a votação que nós realizamos na segunda-feira aqui na Câmara Municipal. Felizmente, a maioria dos Vereadores, 19 votos, manteve a posição coerente, votada em dezembro do ano passado, quando aprovamos, por unanimidade, o projeto de lei que determina 14 Áreas Especiais de Interesse Social na nossa Cidade. Da mesma forma, o projeto que obriga ar-condicionado nos ônibus, ainda mais nas altas temperaturas que temos no verão; e as baixíssimas, no inverno. Isso, para nós, foi motivo, primeiro, de orgulho para apresentar uma política de moradia para 25 mil pessoas que não têm onde morar na cidade de Porto Alegre e que buscam a regularização fundiária e a possibilidade de acessar equipamentos públicos, como a água, a luz, saneamento básico, e, sobretudo, garantir o direito à moradia. Nós queremos discutir ainda, e parabenizar os Vereadores da base que mantiveram a sua coerência e votaram junto conosco. Não foram poucos, foram vários Vereadores que votaram junto conosco e junto com o povo de Porto Alegre.

---

pág. 4

---

Infelizmente, nós ouvimos uma fala do Governo Fortunati tentando impor ao Parlamento uma correia de transmissão, atacando os Vereadores do PDT, e outros da base do Governo, pela posição autônoma que tiveram na votação da segunda-feira.

Esse debate é evidente, tem duas ópticas; a primeira, que eu quero resgatar, é a ideia da autonomia e independência dos poderes, que, é verdade, nós temos visto pouco pelo Brasil. Nós temos visto pouco pelo Brasil! Infelizmente, numa crise social e numa crise política, nós vemos boa parte dos Parlamentos e dos Congressos calcada numa linha do toma lá dá cá, da política como um balcão de negócios, da troca de cargos para a manutenção de uma base aliada. E nós, na Câmara de Porto Alegre, estamos apresentando um novo caminho, um novo caminho de independência e de garantia de direitos para a população. Esse caminho precisa ser parabenizado e ressaltado.

A Câmara de Porto Alegre foi a primeira Câmara do Brasil a abolir a escravidão; a Câmara que se posicionou em muitos momentos, nos momentos terríveis da ditadura militar, que nós tivemos valorosos Vereadores combatentes, como Marcos Klassmann e Glênio Peres, que usaram esta tribuna para denunciar as barbáries da ditadura militar; a Câmara que não silenciou diante dos acintes e das barbaridades proferidas pelo Jair Bolsonaro e que os repudiou; a Câmara que repudiou Marcos Feliciano, como a expressão do atraso e do ataque às políticas de defesa das mulheres, do LGBT, dos negros e negras.

E, mais uma vez, na tarde de segunda-feira - noite já -, nós conseguimos derrubar esses dois vetos, porque nós, do PSOL, não aceitamos o autoritarismo da caneta, não aceitamos a ideia de vetar projetos, que são bons para a cidade de Porto Alegre, sem nenhuma explicação, à revelia de qualquer processo de negociação e sem apresentar alternativa concreta para o povo. Os ataques proferidos aos Vereadores, que mantiveram a coerência e votaram contra os vetos, sinceramente, foram ataques que desqualificavam a posição política independente e autônoma de defesa dos interesses populares. Não precisa ser nenhum especialista para saber que os ônibus precisam de ar-condicionado, em tempos em que nós debatemos altíssimas tarifas e a precarização da qualidade dos serviços públicos e das concessões do sistema de transporte comandado por um cartel na cidade de Porto Alegre. Não precisa ser nenhum *expert* para ver que Porto Alegre tem 50 mil pessoas que não têm onde morar e que buscam, legitimamente, o direito à moradia digna.

---

Então, eu quero, neste período de Liderança do PSOL, agradecer os votos dos Vereadores, das Vereadoras, e dizer que vamos manter a nossa coerência na tarde de hoje, votando contra o veto ao projeto do Ver. Delegado Cleiton, que institui o Dia da Consciência Negra, um feriado para rememorar e garantir a luta dos negros e negras. Também, o veto ao projeto do Dr. Thiago, projeto muito importante, que garante... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...a informação para os celíacos nos restaurantes.

Nós achamos, Dr. Thiago, que chegou a hora de o Parlamento apresentar esse novo caminho, que não é a política da negociata, que não é o balcão de negócios, mas que são as votações que dizem respeito aos interesses populares, à defesa daqueles que lutam em defesa dos negros e negras, dos celíacos, do direito à informação, das Áreas Especiais de Interesse Social, do ar-condicionado nos ônibus.

Mais uma vez, agradeço pela votação em nome do PSOL, digo, reitero que o nosso voto vai ser coerente com a nossa votação em dezembro, contra os vetos e a favor dos projetos que melhoram a vida do povo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, não falarei ainda da votação de segunda-feira, se puder, falarei pela oposição, porque o tema da conjuntura nacional nos parece importante e, hoje, tem uma grande novidade no Brasil.

Quando o Ver. Janta vem aqui e mostra a sua participação e convocação do solidariedade, no domingo, quero dizer que, apesar da sua pretensão, Ver. Janta, de ser um dos que mais convocou, eu gostaria de lembrar que três dos mais ricos empresários deste País financiaram a convocação pelas redes sociais. Está comprovado com *sites* pagos e patrocinados.

E o segundo grande convocador é a grande mídia brasileira, que se dedica, sistematicamente, a demonizar um único partido. Capas do jornal Zero Hora de ontem, de hoje, e a lista pode ter 20, 30 ou 40 nomes, mas se tiver um nome do PT, ele é capa do

---

jornal Zero Hora, ele é capa do jornal Folha de São Paulo. Então, eu acho que, de ingênuo e de trouxinha, a gente não tem nada.

Tanto que as manifestações do dia 15 eram brancas, com uma maioria de nível superior e de pessoas com 10, 20 salários mínimos, Ver. Janta. Acho que não é só a base eleitoral, ou melhor, acho que não é só a base sindical que estava lá. E quero lembrar aos senhores o que também fizemos aqui na segunda-feira, quando, sim, saiu uma pesquisa muito ruim para a nossa Presidente, mas aqui no Parlamento, quero lembrar que o Congresso Nacional tem 9% só de aprovação, pior que a Presidente da República que sofre desgaste, que sofre por várias intenções, ou por quem perdeu a eleição e não consegue se conformar com isso. Pior: o Congresso Nacional tem só 9% de aprovação. E saibam os senhores que hoje a Presidente Dilma e o Vice-Presidente do Brasil, do PMDB, apresentaram o pacote anticorrupção, dentre os vários temas que a Presidente Dilma quer que sejam votados para dar condições de punir, de buscar os bens de quem corrompeu, de quem roubou, já tramitam na Câmara Federal e os Deputados não votam: ou está parado na CCJ, ou está engavetado em outra Comissão. Essa é uma das razões por que o Congresso Nacional é tão desrespeitado, ou não valorizado, ou não tem credibilidade. E a outra, todos nós sabemos, é o financiamento privado das campanhas, o financiamento empresarial das campanhas, campanhas multimilionárias, e o compromisso com o poder econômico que, lamentavelmente, falta à maioria do Congresso Nacional. Mas eu gostaria de dizer que todos nós, que falamos com indignação aqui na tribuna, nas ruas contra a corrupção, temos que nos empenhar e exigir essas ou outras legislações que avancem no combate à corrupção, para dar fim, para por fim à corrupção endêmica neste País. A tipificação do caixa dois - eu aqui não vou ter tempo de falar em detalhe de cada um - como criminalização do caixa dois, tornar crime o ato de fraudar a fiscalização eleitoral. A criminalização da lavagem eleitoral, portanto, criminalizar a ocultação, dissimulação para fins eleitorais da movimentação ou propriedade de bens, e extensão da punição aos doadores, Ver. Kopittke, nosso colega da Bancada, inclusive os responsáveis por doações de pessoas jurídicas e de partidos. Esse é um conjunto. O outro conjunto: a ação de extinção de domínio ou perda de propriedade ou posse de bens. Essa ação de extinção de propriedade ou de domínio. Já tem lei tramitando no Congresso à alienação antecipada dos bens apreendidos – desde 2011, tramita no Congresso Nacional, mas não tramita no Congresso Nacional. A Presidente apresentou aqui projeto de lei de emenda à

---

---

Constituição e de lei que viabiliza o confisco dos bens que sejam fruto ou proveito de atividade criminosa, improbidade e enriquecimento ilícito. Apresentação de projeto de lei que permite ação pública de extinção de domínio, perda civil de bens. Prevê extinção de posse, propriedade de bens, direitos, valores, patrimônios que procedam... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Já falei da alienação antecipada de bens, que é só o Congresso votar, porque já está desde 2011. Garante a reparação dos danos decorrentes do crime, o pagamento de prestação pecuniária, multas e custas, indisponibilidade, que pode ser levantada nos casos de absolvição, suspensão do processo ou extinção de punibilidade, ou seja, antecipa-se a alienação dos bens do corrupto.

Ficha limpa para os servidores é projeto de lei para todos os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tipificação do enriquecimento ilícito: essa lei, que tramita desde 2005 – e o Congresso Nacional não vota –, estabelecerá a pena de três a oito anos. Regulamentação da lei anticorrupção: é um decreto da Presidente, com uma série de procedimentos. Em especial, ele unifica o rito do processo administrativo de responsabilização. Lei anticorrupção, lei de licitações, pregão, etc., para as empresas não fraudarem aqui, trabalhem lá, furando o bloqueio da participação dos negócios públicos. Então, senhores, quem fala sério sobre por fim à corrupção sistêmica endêmica neste Brasil, que melhore e qualifique as propostas da Presidência, da Vice-Presidência, mas vamos aprovar, vamos exigir do Congresso que vote e que responda aos anseios do povo brasileiro, dos que saíram dia 12, dos que saíram dia 13 e dos que saíram dia 15.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Registro a presença da Federação Afro Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul – FAUERS, e as presenças do Sr. Everton Alfonsin, o Caco, como Presidente; os membros da Diretoria, assim como do Vereador Paulinho de Odé, Sr. Paulo Rogério Ambieda, Vereador de Canoas.

O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ELIZANDRO SABINO:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, o objetivo de ocuparmos a tribuna em Liderança do PTB - desde já agradecendo aos colegas do PTB, Vereadores Cassio, Paulo Brum e Casartelli -, é no sentido de enfrentarmos um problema

---

que hoje pela manhã foi notícia em toda a imprensa de nossa Cidade. Trata-se da seguinte notícia: “Sem acolhimento da Prefeitura, idosa, com problemas de memória, fica mais de seis horas em viatura da Brigada Militar”. Esta senhora, chamada Inês, ontem à noite, no Morro Santa Tereza, saiu de um local, um culto religioso, não lembrava onde morava e ficou a vagar pelas ruas, no Morro Santa Tereza. A viatura da Brigada Militar a localizou por volta da meia-noite, e, desse momento em diante, passou a percorrer uma verdadeira *via crucis* junto aos órgãos de assistência do nosso Município, procurando casas de passagem, albergues. Em todos os lugares, a Brigada Militar enfrentou a expressão de que não havia vagas, não havia a possibilidade, e, em alguns lugares, as casas estavam fechadas. Todos os contatos foram inexitosos, e esta senhora, de 70 anos de idade, ficou por mais de seis horas dentro de uma viatura.

Eu trago esta situação, que foi pública e notória, tanto nos órgãos da imprensa, da Internet, como nos órgãos públicos, e hoje, no programa de tevê Jornal do Almoço, foi transmitida essa situação. O que é pior: depois que se conseguiu abrigar essa senhora, já no meio da manhã de hoje, ela fugiu do local, porque, certamente, não tinha uma equipe preparada para esse tipo de situação. E nós temos, Ver. Mauro, um projeto que foi aprovado nesta Casa, nesse ano - um projeto indicativo de lei -, que já foi encaminhado ao Executivo, que cria casa de passagem para idoso. É um projeto que trata do idoso em situação de vulnerabilidade social e de violência doméstica. Essa casa de passagem, portanto, com uma equipe multidisciplinar – composta por psicólogas, assistentes sociais –, trabalhará na recuperação física desse idoso e também esgotando a teia familiar de contatos junto aos parentes, junto a eventuais pessoas que possam conhecer o idoso ora vítima de violência ou abandono.

A FASC publica um edital de implantação de uma casa-lar para idosos, agora, em setembro de 2014. Porém, o escopo, o objetivo dessa casa-lar é, primeiro, para idosos independentes, ou seja, idosos que não tem nenhum tipo de dependência, que estão afastados do convívio familiar e em situação de rua. Portanto, o objetivo do projeto de lei de minha autoria é a casa de passagem para idosos, que foi votado nesta Casa - Vereadores Lourdes e Cecchim que atentamente me ouvem -, e não para idosos em situação de rua. Esse projeto é justamente para a situação dessa senhora que, desde de madrugada e até hoje pela manhã, ficou mais de seis horas dentro de uma viatura porque a Brigada Militar não tinha onde colocá-la.

---

Então, nós temos exemplos em Viamão, quando em 2012, inaugurou-se a Casa-Lar do Idoso. Nós temos o exemplo da cidade de Maranhão, no bairro Cohab, quando se inaugurou a Casa Solar do Outono. E outros exemplos espalhados por todo este Brasil que trazem uma situação de proteção integral aos idosos vítimas de violência e abandono pelas famílias que os desprezam. Por essas razões, necessitamos de uma casa de passagem para idosos. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. NEREU D'AVILA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores; saúdo o meu amigo Caco, da nossa Federação de Umbanda do Rio Grande do Sul, muito prazer em tê-lo aqui, juntamente com o Ver. Paulinho de Odé. Um grande abraço.

Eu fiquei estarecido com o discurso da Ver.<sup>a</sup> Sofia, Ver. Janta, porque ela quis desqualificar a grande manifestação do dia 15. Ela disse que alguns empresários convocaram pelas redes sociais, mas, se o fizeram, bastava as pessoas não irem, ninguém é obrigado a sair para rua, ainda mais de verde-amarelo. Eu, por exemplo, fiquei em casa – até gostaria de ter participado civicamente –, e a minha mulher até manifestou desejo de ir. Mas, se vissem um Vereador lá, diriam que ele estaria querendo faturar em cima da grande massa. Mas o que ninguém imaginou, nem os mais otimistas, é que sairia tanta gente pacificamente, sem Black Block, sem anarquistas desses partidos que sabemos quais são, que não somam nada, só querem faturar com a desgraça alheia. Verdadeiras multidões em todas as capitais, inclusive em Porto Alegre, que honrou as tradições democráticas. Tanto que, ao contrário da Ver.<sup>a</sup> Sofia, a Presidente Dilma agradeceu pela manifestação de sexta-feira, paga – consta que foi R\$ 30,00 por pessoa. Então, ninguém mais esconde. Agora, a Ver.<sup>a</sup> Sofia vem culpar o jornal Zero Hora, que publica na primeira página... Ora, o jornal Zero Hora publica o que é notícia. Se o Ministério Público denunciou o Sr. Vaccari, tesoureiro do PT, o jornal Zero Hora não tem culpa, ela publica, foi denúncia do Ministério Público. Agora, se o Ministério Público errou, depois ele será absolvido. Hoje foi o Sr. Paulo Ferreira. O que estarece o País é que todo

---

dia tem um prócer do PT nas páginas dos jornais, roubando da Petrobras. E aí, aqui se quer justificar que não, foi tudo manipulado, ou seja, inventaram termos pejorativos... A verdade, infelizmente, é a seguinte: a Datafolha publicou hoje uma pesquisa dizendo que, entre ruim e péssimo, a avaliação da Presidente está igual a de Fernando Collor de Mello. Essa notícia deve preocupar o PT porque, realmente, o ex-Presidente é uma página de vergonha nacional e, aliás, foi afastado pelo *impeachment*. Eu vi, domingo, no Fantástico – programa de maior audiência nesse dia –, um ex-Ministro do Supremo Tribunal dizer que, juridicamente, neste momento, o *impeachment* não procede. Então dizer que a Rede Globo, que o jornal Zero Hora são os culpados? Não, absolutamente! Veio uma voz serena, uma voz que conhece o Direito, dizer que, juridicamente, não procede. Se politicamente procede, não há como juridicamente aceitar. E mais: o Presidente da Câmara, que também foi denunciado, recusou a proposta de *impeachment* do Sr. Bolsonaro – o que fez muito bem. Porque o Sr. Bolsonaro é apenas inimigo do Governo, nada mais, quer faturar! Quer faturar! Eu acho que o *impeachment* é uma proposta de responsabilidade da Presidente, que sobre a qual não existe, neste momento, nenhum indício sequer! Então o PT correu – todo mundo viu – e escreveu, em vermelho, em todas as paredes: “Golpe, não!” Porque o PT acha que o *impeachment* é golpe! Eu acho que, se for responsável juridicamente, incumbe ao Congresso aceitar. No momento, não! Nas passeatas, também foi pedida intervenção militar por uma minoria. Isso é ridículo! É ridículo! A história não volta para trás, ela anda para frente! Então não existe intervenção, são deslizes do processo democrático.

Mas a verdade é a seguinte: se eu fosse do PT, estaria muito preocupado! Estaria, mesmo! Hoje, foi anunciado um pacote de medidas do Governo regulamentando a Lei Anticorrupção. Ora, pelo amor de Deus! Se tem uma lei, ela está vigendo!

O melhor de tudo – e eu concluo, Sr. Presidente – é que estamos no mais alto grau do processo democrático jamais vivido neste País, todo mundo pode dizer o que quiser. Agora, negar que a população está descontente, aí, sim, é contrariar o bom-senso.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

---

**O SR. RODRIGO MARONI:** Boa tarde a todos os presentes nas galerias. Faço uma saudação ao pessoal que está na luta pelos celíacos aqui presentes, que vieram trazer esse tema que é tão importante e que tem de ser discutido sempre. Eu comentava, há alguns dias, da importância da dieta celíaca não só enquanto tema específico dos portadores, mas como algo que deveria ser adotado por toda a população, o que certamente garantiria maior longevidade.

Faço uma saudação ao Presidente Mauro Pinheiro, que vem conduzindo a Mesa tão bem, nesse momento delicado em que a Câmara de Vereadores vem trabalhando e enfrentando temas que são importantes para a Cidade; e aos Colegas, que, a seu modo e à sua característica, têm expressado as mais diversas opiniões sobre todos os temas que a gente vem discutindo aqui, nesse último período, tão importantes para a Câmara de Vereadores e para o Município.

Eu queria falar hoje, especificamente, sobre dois assuntos. O primeiro é sobre a visita que fiz, na segunda-feira, à AACD, uma entidade que – de todas as entidades que eu visitei até hoje, entre asilos, hospitais de crianças com câncer, hospitais psiquiátricos – está entre as mais completas. É uma entidade de uma importância muito grande na cidade de Porto Alegre, uma associação que cumpre um papel bastante relevante, inclusive, suprimindo a questão pública. Hoje eles atendem em torno de 700 pacientes e quase 530 atendimentos diários. Desses, 96% são absolutamente gratuitos. Hoje, foram quase 1,5 milhão de atendimentos proporcionados por esta entidade, que fica na Av. Cristiano Fischer, na Zona Norte.

É importante enxergarmos essa entidade que cumpre esse papel aqui na nossa Cidade e tentar, de certo modo, colaborar com ela. Ali, há diversas especialidades. Os Vereadores que são da área da saúde, como o Dr. Thiago e o Mario Manfro, seguramente já foram lá. Tem processos terapêuticos, processos na piscina, pedagógicos, de assistência social, de orientação à criança, um espaço de recreação e de atendimento aos pais, também. É um lugar lindo, onde as crianças com deficiência são muito bem atendidas. É muito emocionante conhecer a AACD.

Mauro, é mais uma entidade que divulgo aqui na tribuna, porque acho que a Câmara de Vereadores tem que ser parceira dessas entidades. Muitas vezes, trazemos aqui o tema e não se dá continuidade.

Além da lei, de projetos de lei, de indicativos para o Executivo, de buscar parceiros na iniciativa privada, nós temos o compromisso de fazer um esforço para colaborar com essa entidade.

Eu queria, então, convidar todos para o bazar da AACD, que vai acontecer amanhã. Convido todos os Vereadores, assessores, as pessoas em geral, para irem ao bazar, que vai ser amanhã, às 19h. Vai ter desfile, e tudo o que for arrecadado com aquelas roupas vai para a instituição. É fundamental que todos estejam presentes no bazar da AACD, que, seguramente, também é um dos motivos que fazem a entidade existir.

Por último, eu vou pedir, Mauro, aquele tempo prévio... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

Para concluir, ontem eu tive uma reunião com o pessoal da Cultura, Sofia. O teu nome foi muito citado, assim como a da Fernanda e outros, até o do Prof. Alex. E eles trouxeram diversas demandas, de um grupo de 20, vinte e poucos artistas, atores, dançarinos, artistas plásticos, músicos, e ali foram discutidos diversos assuntos que a gente vai trazer aqui para a Tribuna Popular. A intenção é tentar construir um grupo com todos os Vereadores, independente de partido, porque o fundamental é que o tema chegue na população. Eles levantaram a questão da educação, do Plano Municipal de Cultura, do Fumproarte, e eles vão estar aqui, nos próximos dias, apresentando isso, porque eu vou pedir a Tribuna Popular para eles, para que todos os Vereadores se apropriem dessa demanda tão importante para a Cidade e que hoje não tem 0,24% da verba do Município. A gente tem que discutir para ver como parcerias no Governo Federal, no Governo Estadual e tentar fazer com que essa demanda também seja atendida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje o Presidente almoçou em companhia do Governador e foi muito prestigiado. O Governador Sartori e o Presidente Mauro Pinheiro estavam numa conversa muito amistosa, e isso é bonito.

---

Assim como eu gostei, tenho que dizer aqui, da entrevista do ex-Deputado Ferreira, hoje de manhã. Ele pelo menos foi honesto quando disse: “Quem está como tesoureiro de qualquer partido faz isso”. Ao contrário do que diz o Presidente nacional do PT e o Tesoureiro – esse que todos disseram que pegou muito dinheiro – e do tal do Duque – é um nome meio danado –, que estava com 20 milhões de euros; isso que ele tirou de uma conta para outra! Como é que esse pessoal ainda consegue falar numa lei anticorrupção no dia em que o PT está sendo mais enrolado do que nunca?! A Presidente Dilma, que está com 12% de aprovação, diminuiu o tamanho do PT. Antigamente se dizia que eram 25%, 30%; hoje já se sabe que o tamanho do PT é 12%! É o que tem de aprovação a Presidente Dilma na atualidade. Não é de graça. Não é de graça.

Estou contente com a atitude do PT, da própria Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que veio aqui dizendo que aquela manifestação era manifestação de rico. Vereadora, não diga isso! Eu fui lá! Eu fui lá na manifestação e quero dizer uma coisa: tinha muito aposentado brabo com o Governo, tinha muita gente que não tem hospital braba com o Governo, mas a grande maioria está braba com os ladrões que estão no Governo, os ladrões da Presidente Dilma. Ela é presidente de uma corja enorme de ladrões de muitos partidos, inclusive do meu partido, que tem alguns lá metidos, mas esses são de lá, e eu não os defendo. Dá manchete nos jornais Zero Hora, Correio do Povo, Jornal do Comércio, em qualquer lugar. Ladrão é ladrão! Não tem outro nome, não tem como dourar a pílula. O nosso dinheiro é legal, mas é imoral, é dinheiro de roubo, e o chefe do PT, que quando vai para a cadeia festeja junto com o PT de punho cerrado, o José Dirceu, de novo recebeu 29 milhões como assessoria. Isso não é assessoria coisa nenhuma; isso é desvio, isso é roubo, é a prática deste Governo: roubar, Ver. Janta, eles sabem é roubar! E depois vêm aqui com essa conversa de “cozinha”, de desmoralizar... Aprenderam com o chefe deles, que é o Lula, que é um mal-educado, não tem condições. Nunca vi um ex-Presidente tão “chinelão” como o Lula, falando bobagem o tempo todo. Até foi um bom Presidente para muita gente, mas saiu do Governo, não sei, acho que a quimioterapia fez mal para ele – infelizmente teve que fazer quimioterapia, infelizmente. Eu queria vê-lo com muita saúde para ir para a cadeia junto com os outros, porque ele é o comandante de toda essa corja, comandante de todos eles, de todos os ladrões dos outros partidos também!

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Dobrarei a língua para falar igual ao teu Presidente, que fala enrolado, mas continuo dizendo a mesma coisa. A única maneira de eu dobrar a língua é falar enrolado como o Lula fala, mas não retiro nada do que disse aqui. É uma pena o Brasil estar sendo governado dessa maneira, é uma pena! E vem a Presidente mostrar uma lei anticorrupção. A melhor lei anticorrupção que pode ter para ela é ter vergonha na cara, ter respeito com os brasileiros. Não precisa de lei. O que precisa é ter vergonha, ter moral. E falo de ladrão, dela, do vice, e de quem estiver metido com ela! Não é só de um partido, mas o comandante é o PT. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Rodrigo Maroni nos pede para retificar o horário do bazar da AACD, que será amanhã, 19 de março, às 17h30min.

O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Boa tarde. Quero cumprimentar o Ver. Mauro Pinheiro, Presidente da Câmara; todos os Vereadores e Vereadoras; a imprensa que está aqui e os que estão nos assistindo nas galerias ou pela TV. Hoje tivemos um incidente com uma idosa, e escutei em algumas rádios que a Brigada Militar encontrou essa senhora em torno de 1h ou 2h, e tentou um espaço para ela; que ela ficou dentro da viatura durante tantas horas. Falei com o Presidente Marcelo, que falou com os nossos coordenadores do Albergue Municipal, que nos afirmaram que apenas às 5h25min desta manhã a Brigada Militar entrou em contato com o Albergue Municipal, que, prontamente, recebeu essa senhora. Até esse horário, em nenhum momento, Ver. Cláudio Janta, a situação tinha sido comunicada. Tentou-se ligar para o número da Prefeitura, mas o Albergue Municipal não recebeu a solicitação da Brigada Militar até às 5h25min, e, quando foi feito este contato, o Albergue Municipal prontamente acolheu esta senhora.

Trago, Ver. Cassio, Líder da Bancada do PTB, uma boa notícia. O ex-Secretário Casartelli, que hoje é nosso parceiro aqui na Câmara de Vereadores, foi Secretário da Saúde enquanto eu era Secretário da Assistência Social. Construímos juntos algumas parcerias entre assistência e saúde, onde poderíamos fazer o atendimento à saúde com a

---

criação de alguns leitos de longa permanência, e a FASC fez a reorganização dos seus abrigos e dos seus albergues. Abriremos duas casas-lares para idosos, que já estão em processo de abertura, e, no mês que vem, o Presidente Marcelo Soares e o Prefeito Fortunati estarão inaugurando essas duas casas-lares no mesmo sistema que hoje nós temos para crianças e adolescentes da nossa Cidade, que são mais de 40. Esse é um projeto inovador na área do idoso, que é para o idoso em situação de rua, aquele idoso que hoje está num abrigo municipal e que precisa e necessita de melhores cuidados. Ele vai ter essa casa-lar, liberando espaço dos abrigos para que a gente possa fazer um trabalho de encaminhamento das pessoas que hoje estão em situação de rua na Cidade. O Presidente Marcelo falou hoje em algumas rádios, explicou o que aconteceu e disse que não teve nenhuma omissão da Fundação de Assistência Social e Cidadania.

Eu queria aproveitar este tempo que ainda tenho para tratar de outro assunto. Tenho visto, Ver. Cecchim, alguns Vereadores virem à tribuna e, de certa forma – talvez a palavra seja um pouco forte –, desrespeitarem os colegas ao dizer que nós não votamos com independência aqui. Quando vem um veto do Prefeito, ele vem subsidiado e nos dá preparo para estarmos a favor ou contra, a decisão é de cada Vereador. Quando nós votamos na segunda-feira, cada um votou como quis. Eu tenho independência para votar, mas, quando tem um veto do Prefeito em que diz o porquê desse veto, eu acredito nisso. O veto ao projeto das Áreas Especiais de Interesse Social foi um grande exemplo disso, pois havia irregularidades em algumas áreas. O próprio Vice-Prefeito, Sebastião Melo, esteve na Câmara de Vereadores, esteve numa audiência pública e disse o porquê dos vetos da Prefeitura em relação às Áreas Especiais de Interesse Social. Veio aqui, se expôs na audiência pública, mas falou a verdade, disse o porquê, e foi em cima desses argumentos que nós, de a Bancada do Partido Progressista votar dessa forma. Todos nós temos que respeitar as posições de cada um. A democracia é importante por causa disso: cada um tem a sua opinião; cada um, dentro da sua consciência, vota como achar que será o melhor para a nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Quero registrar a presença dos jovens do Projeto Pescar, em visita orientada pelo Jorge Barcellos. São alunos entre 16 e 19 anos que participam do Projeto Pescar, curso sobre a manutenção de computadores e

---

telecomunicações, destinado a jovens em situação de vulnerabilidade social. A sede da turma presente se encontra na Companhia de Processamentos de Dados do Município de Porto Alegre - Procempa. Também quero saudar a Prof.<sup>a</sup> Marlene Reinaldo. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa do Povo.

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Muito obrigado, Presidente Mauro. Quero reforçar as boas-vindas aos alunos, é uma alegria tê-los assistindo aos nossos bons debates aqui. É assim que se constrói a democracia com a liberdade da palavra, que por muitas décadas nós não tivemos no nosso Brasil. É importante que a gente sempre lembre disso, pois alguns têm esquecido nesses dias.

Quero saudar aqui o nosso Vereador de Canoas, Paulinho de Odé, que para mim é uma referência espiritual, política e pessoal, grande amigo, e o Presidente Caco, bem como os membros da diretoria da FAUERS aqui presentes, que são grandes lutadores sociais.

Venho, em nome da oposição, respeitando as nossas diferenças de opinião entre PT, PCdoB e PSOL, fazer um rápido registro ao Ver. Nereu: eu agradeço as suas preocupações com o meu partido, mas acho que neste momento é o seu partido que tem mais problemas aqui em Porto Alegre e que lhe exige bastante energia para resolvê-los. Dos nossos, o senhor pode deixar que a gente cuida, mas neste momento acho que o PDT, aqui em Porto Alegre, tem mais questões na casa para arrumar.

Mas venho à tribuna obviamente tratar desse nosso momento político. Alguns têm reiterado algumas práticas que já se viram neste País. Tem um grande ícone, e quando eu vejo o Ver. Cecchim aqui eu me lembro do Carlos Lacerda, grande orador da tribuna, enérgico, falou uma grande frase que ficou muito célebre contra o Presidente Getúlio: “Não pode ganhar; se ganhar não pode assumir; se assumir não pode governar, porque o Brasil está enterrado num mar de lama, e o Presidente Getúlio é o líder da maior quadrilha do Brasil”. O Lacerda teve que sair do Brasil e foi morto pela ditadura. O que me preocupa, Ver. Cecchim, independente das diferenças... Eu respeito quem foi às ruas manifestar as suas opiniões, que bom que temos vozes se manifestando! Eu acho bom que todos os setores da sociedade saiam à rua de cara limpa, manifestar seus interesses, sua visão de país - isso é importante, mesmo que seja contra o Governo da Presidente Dilma. Eu respeito e tenho certeza de que toda a oposição aqui respeita. O que me

---

pág. 17

---

preocupa, sobremaneira, é que essas pessoas estavam nas ruas e, ao seu lado, dezenas de pessoas estavam manifestando apoio à volta de ditadura militar! O Datafolha fez um registro que 12,5% das pessoas, em São Paulo, apoiavam a volta da ditadura. Se a gente seguir o cálculo falacioso, obviamente, da PM de São Paulo, de um milhão de pessoas, nós tínhamos 125 mil pessoas apoiando a volta da ditadura, Ver. Janta, onde não vai ter sindicalismo, não vai ter “nem coxinha, nem trouxinha”, vai ter clandestinidade se essas pessoas que defendem a ditadura - eu sei que não é a sua opinião - tiverem êxito. O que me assusta é que 80% das pessoas que estavam na rua no domingo têm ensino superior. E ao lado, havia ali pessoas defendendo a ditadura e não fizeram nada, não fizeram absolutamente nada. Assim como não fizeram nada com essas barbaridades que o Clube Militar fala o tempo inteiro, são ameaças à democracia. Aliás, esse Clube Militar do Rio de Janeiro é hoje a maior ameaça à democracia brasileira, mais do que qualquer grupo Black Bloc ou grupo neonazista. São aqueles senhores de farda que ficam ameaçando que têm apoio político, sim. O PP, reiteradas vezes, em nível nacional, através do seu líder maior, o Deputado Bolsonaro, tem sido irresponsável em não manifestar a sua contrariedade a essas manifestações autoritárias. Alguns estão flertando, como o senhor, Ver. Idenir Cecchim. E isso me preocupa muito, quando não tem o mínimo respeito para se manifestar sobre o Presidente Lula. Eu acho que o senhor tem que ter muito cuidado, porque o senhor está abrindo uma caixa de ódio que pode lhe engolir. Eu acho que o PMDB e outros partidos, como os trabalhistas, têm que lembrar de tudo o que foi feito contra Getúlio Vargas, contra Jango; foi assim que eles mataram Getúlio Vargas, foi assim que eles derrubaram Jango; foi assim, eu me lembro muito bem, meu pai era brizolista, tenho certeza de que o Brizola saberia mostrar muito bem para o Brasil quem está por trás desse movimento golpista. Uma coisa é a crítica; outra coisa é um movimento autoritário de setores que há 50 anos estavam em casa, que chamaram a ditadura no dia 20 de março de 1964 e foram para casa depois, porque tinham o apoio das Forças Armadas, e agora voltam às ruas pedir o retorno das Forças Armadas. Espero que saibam diferenciar, porque vão ser engolidos, como Carlos Lacerda foi, não vai ter aqui maioria para ninguém, porque todos vão ser engolidos, se esse setor autoritário tiver êxito, liderados pela Rede Globo. E, aliás, críticas sobre o Lula, eu não vou nem lhe responder, porque o senhor não está nem no calcanhar do... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nos últimos dias esta Casa anda meio agitada. Com certeza esta agitação é passageira.

Eu vou iniciar aqui falando, Ver. Kevin Krieger, que esse seu recado, essa sua fala, dizendo que cada Vereador tem liberdade de votar como quer - eu não preciso ouvir isso. O povo não precisa ouvir isso. Quem precisa ouvir isso, se é verdadeiro o que V. Exa. está dizendo, não somos nós aqui; é quem está reclamando do voto dos Vereadores. O povo não está reclamando do voto dos Vereadores; então, tem que levar esse recado para quem está reclamando do voto dos Vereadores. Vossa Excelência sabe que lhe tenho admiração; aliás, no ano passado, parece que o Governo vetou um projeto seu, e eu, fielmente, votei com V. Exa. Eu me decepcionei com V. Exa. por não ter votado a favor do meu projeto, mas faz parte do jogo político. Não tem problema nenhum, vou permanecer sendo seu colega, admirando V. Exa., mas não dá para deixar de fazer este registro, porque a vida nos ensina, e, com o caminhar, nós vamos aprendendo o que é bom para nós e para o povo.

Eu quero, também, Vereadores, fazer um registro: o jornal Zero Hora traz uma matéria sobre um assunto que precisa de uma participação maior desta Casa. Eu acho que a Presidência ou a Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos precisa agir imediatamente. Trata-se da matéria que fala sobre o curso para a formação de taxistas em Porto Alegre, cursos preparatórios, orientações. E um jornalista participou de umas aulas e gravou a orientação que o instrutor estava dando aos futuros motoristas ou àqueles que querem ou desejam participar do trabalho de taxista em Porto Alegre.

Esta Casa, seguidamente, participa de reuniões com as direções dos taxistas, tem contato com os presidentes, com diretorias. Digo isso porque há mais de um sindicato; até temos dificuldades quando há alguma demanda, porque eles não se entendem, e nós acabamos mediando o conflito da classe. E isso já aconteceu muitas vezes.

---

Nós precisamos falar com a direção dos taxistas de Porto Alegre. Eles precisam ter mais responsabilidade, eles precisam trabalhar para o aprimoramento da classe. E nós precisamos esclarecer essa investigação feita por um jornalista do jornal Zero Hora, sobre essas orientações que lá foram dadas. Com certeza são empresas credenciadas ou autorizadas pelos órgãos de classe que vêm ministrando os cursos.

Já tenho falado sobre isso aqui desta tribuna, porque se fala muito na licitação dos ônibus e até dos próprios taxistas, da possibilidade ou não de eles transferirem a concessão dos automóveis, mas não se fala dos donos dos lotações. E isso me surpreende - tem alguma coisa errada aí. Não pode estar certo. Eu não estou aqui defendendo empresa de ônibus, não é nada disso. Agora, também me surpreende que fazem licitações e não há interesse. Sabe, eu fico pensando que, daqui a um pouquinho, isso é tudo um ensaio, mas eu quero crer que tenha vontade, de quem está tratando disso, de fazer alguma coisa com transparência.

Presidente, fica aqui o nosso apelo para que possamos nos movimentar para ver de perto esta situação dos taxistas de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Boa tarde. Queria agradecer ao Ver. Ferronato que me cedeu a Liderança de Governo e dizer que, Ver. Bernardino Vendruscolo, da mesma forma tenho o maior respeito e admiração pela sua pessoa e pelo Vereador que é, e que sem dúvida vamos discordar e concordar, divergir, mas sempre com muito respeito e consideração. Acho que todos nós precisamos escutar e pensar para agir melhor, sem dúvida nenhuma. Ver. Alberto, quando o vejo e escuto na tribuna falando que é contra a ditadura, que o Partido Progressista é a favor da ditadura, que o Bolsonaro é a favor da ditadura...

(Aparte antirregimental do Ver. Alberto Kopittke.)

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Não. Falaste também do Partido Progressista. Eu escutei e eu sou o Presidente do Partido Progressista de Porto Alegre, como também escutei diversas

---

manifestações de todos os Vereadores. Hoje, todos nós, partidos, precisamos botar a mão na consciência porque todos temos problemas. Agora, falar da ditadura, Ver. Cecchim, é muito bonito falar de cinquenta anos atrás, e que hoje ainda há pessoas, meia dúzia de pessoas, Ver. Mario Manfro, de 2.200 milhões pessoas que foram para as ruas e que tinham um cartazinho “Volta da ditadura” – infiltrados, por quem até não sei, Cecchim –, mas, ao mesmo tempo, Ver. Janta, eu vejo um Governo Federal e não vejo a posição do Partido dos Trabalhadores em relação à ditadura que existe na Venezuela, em relação ao ocorrido com o Prefeito de Caracas. Imagina, Ver. Ferronato, se tivesse acontecido no Parlamento da Venezuela o que aconteceu neste Parlamento na segunda-feira! O que aconteceria com os Vereadores da situação, Ver. Ferronato? Se o Prefeito de Caracas discorda do Presidente da Venezuela, ele vai preso. Quem discorda vai preso sem nenhum direito. Eu gostaria muito mesmo de saber a posição do Ver. Alberto, com todo o respeito que tenho por ele, assim como por todos os Vereadores desta Casa. Nós vamos ter, sim, a oportunidade de fazer essa discussão. A Bancada do Partido Progressista, em nome do Ver. Guilherme Socias Villela, da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal e do Ver. João Carlos Nedel, está fazendo uma Moção de Repúdio contra os atos unilaterais e antidemocráticos que vêm culminando em prisões políticas e cerceamento dos meios de comunicação na Venezuela, como ocorrido com a prisão do Prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, democraticamente eleito pelo povo. Essa prisão foi cumprida por agentes do Serviço Bolivariano da Inteligência Nacional.

Eu gostaria mesmo de saber a posição e vou aguardar, Ver. Comassetto – por quem também tenho muito respeito por fazermos discussões em que divergimos, mas com muita categoria e com muita tranquilidade –, e amanhã vamos priorizar essa Moção para fazermos essa discussão, Ver. Cecchim, na semana que vem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que solicita representar esta Casa no evento Brasil Eficiente - Propostas do Setor da Construção -, em Brasília, nos dias 17 e 18 de março, com custeio de viagem. Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Guilherme Socias Villela, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 207/13.

(15h42min) Havendo quórum, passamos à

**ORDEM DO DIA**

Em discussão o PLL nº 223/14, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 223/14, com Veto Parcial.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e a todas, a emenda vetada – os Vereadores que já estavam na Legislatura, em dezembro do ano passado, já sabem, mas temos três Vereadores novos – é de minha autoria. Uma emenda que foi um requerimento, Ver. Casartelli, da Associação dos Sargentos e Tenentes de Porto Alegre, diante do projeto do Ver. Cassio Trogildo, que colocava a liberação do uso da farda, com esse cartão expedido pela EPTC, para os cabos e soldados.

Não é nenhuma novidade que uma lei de 1997 – que está vigorando até o dia de hoje – mudou a função dos sargentos e tenentes, incluindo-os como parte das políticas de execução. Portanto, os servidores médios da Brigada Militar tiveram uma alteração na sua atividade. Por isso que fizemos uma emenda, que foi requerida pelos sargentos e tenentes, para a aprovação também da possibilidade desses trabalhadores da Brigada utilizarem o serviço do transporte coletivo sem o uso da farda. Em primeiro lugar, era uma emenda que resgatava a questão dos trabalhadores, da mudança dos trabalhadores. Em segundo lugar, nós tivemos a extinção do cargo de Cabo da Brigada Militar. Apenas com a extinção do cargo de Cabo, Ver.<sup>a</sup> Jussara, foram 600 cargos que ficaram vagos. Portanto, não seria uma nova isenção a nossa emenda proposta e aprovada pela ampla maioria dos Vereadores naquele momento.

Em terceiro lugar, nós sabemos que os servidores da Brigada sequer recebem vale-transporte para trabalhar. Aliás, nós seguimos, no Rio Grande do Sul, como uma das Brigadas Militares que menos recebe em comparação a todo o País. Nós temos baixos salários, ausência de uma política de valorização da Brigada Militar e, por outro lado, ausência de uma discussão necessária de vinculação de uma política de segurança pública que alie o conceito de segurança com o conceito de direito humanos. Esse foi o trabalho que nós fizemos, durante todo o ano passado, na Comissão de Direitos Humanos, porque nós desmontamos um discurso falacioso que muitos daqueles que defendem mais repressão, propalam por aí que os direitos humanos não são direitos para

---

todos e que os direitos humanos são inimigos da segurança pública. Nada mais mentiroso! Nós sabemos que à medida que avançam os direitos, diminui a violência social; nós sabemos que à medida que se combate a desigualdade social, diminui a violência; à medida que o povo tem mais acesso à educação, à saúde, diminuem os incidentes de delitos, de crimes, de violência. Então, nós temos muita tranquilidade para fazer esse debate da necessidade de uma conjunção e de uma discussão profunda de uma nova política de segurança pública. E uma ideia de uma entrada única para a Polícia, a Brigada Militar, a ideia da desvinculação, da desmilitarização da Polícia e também de uma entrada única em que a pessoa entre como soldado e possa chegar até os postos mais avançados, que hoje, vocês sabem, não é assim que funciona. São polícias que têm entradas separadas e, ao mesmo tempo, não conversam entre si. Nós precisamos de integração para vencer os dados desse Brasil, um País que, a cada ano, perde 56 mil pessoas vítimas de homicídio, e que em 90% dos inquéritos de crimes relativos à vida, estupros, latrocínios, assassinatos estão arquivados por aí por falta de pessoal e por falta de prioridade de combater os crimes contra a vida. Nós queremos fazer essa discussão, que envolve a garantia de direitos aos trabalhadores da segurança pública, envolve o combate ao Decreto do Governador Sartori, que congelou a nomeação dos concursados da Brigada Militar, dos concursados da Polícia Civil, dos concursados da Susepe. Nós precisamos discutir o avanço dos trabalhadores em relação aos seus direitos trabalhistas. E é por isso que nós defendemos a rejeição do veto, a manutenção do projeto e o reconhecimento aos sargentos e tenentes, como foi pedido pela Associação dos Sargentos e Tenentes, que se mantenha a coerência da Câmara, assim como foi votada, no ano passado, a nossa emenda por ampla maioria, que se derrube o veto e se garanta os direitos aos sargentos e tenentes.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 213/14, com Veto Parcial.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este veto nos dá ensejo de falar um pouco sobre essa dinâmica que esta Casa está imprimindo nessa discussão dos vetos, um após o outro. Nós entendemos – e

---

eu, segunda-feira, fui muito enfática nesse sentido – que aqui somos o Parlamento, somos o Legislativo. Nós temos um papel muito importante de fiscalizar e outro papel muito importante, que advém das características da nossa responsabilidade constitucional, que é estabelecer a regra para o funcionamento da cidade de Porto Alegre e da nossa característica de representação proporcional da sociedade, que é diferente da representação majoritária, que significa o Prefeito ou Vice-Prefeito, a Prefeita ou a Vice-Prefeita. Escolhido majoritariamente, o Executivo tem um projeto eleito e o executa. No Legislativo, é proporcional à sua composição, é proporcional à votação, é um conselho. Ele tem um papel mais inclusivo, um papel autônomo importante de trabalhar regra para que o Executivo execute. É óbvio que o Executivo não tem um papel passivo, apenas de executor. O Executivo, aliás, neste Brasil, tem as suas funções bastante exacerbadas e valorizadas, vejam que ele centraliza todo o Orçamento. Porém, o papel imprescindível do Legislativo é o papel de discutir o conceito, a norma; e esses vetos não são quantitativos, não são orçamentários a esses projetos, pois são projetos que discutem conceitos. Na segunda-feira passada, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, nós discutimos o projeto de Vossa Excelência, vetado, e eu dizia, nesta Tribuna: este Legislativo tem de dizer qual é o sentido do uso dessas terras, dessas áreas. Depois, como o Executivo vai trabalhar com essa norma exarada por este Legislativo é uma questão de mediação, de diálogo, de negociação, de construção com as comunidades que as ocupam, com os proprietários, etc. Nós temos uma Constituição, um Estatuto da Cidade, que foram gerados e discutidos nos Parlamentos, que são um acúmulo progressivo da luta social, do movimento social neste País. Nós não queremos fugir e não podemos fugir a essa responsabilidade, apenas nos submetendo às urgências ou ao contexto de um Executivo que pensa a partir da sua possibilidade de execução; é ruim. O Parlamento tem uma liberdade de buscar uma norma mais aberta, mais avançada. Outra coisa é a discussão do Prefeito Fortunati, com seu partido, na relação partidária, eu não vou entrar nessa celeuma; vou entrar, apenas reforçar e ratificar o que disse na segunda-feira: o Parlamento naturalmente pode ser mais avançado, pode ser mais criativo, pode ser mais construtor de direitos do que o Executivo, premido pelo seu Orçamento, pela sua legalidade própria.

Então, quero novamente conversar e dizer aos Vereadores que derrubar o veto dos celíacos, da advertência, da informação; derrubar o veto em relação à consciência negra, o nosso Dia da Consciência Negra; derrubar esse veto que constrói uma discriminação

---

porque, que eu saiba, quando usavam farda, todos andavam de ônibus, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, inclusive os sargentos e tenentes, por que agora um fragmento, um recorte será possibilitado de andar sem farda com carteirinha? Então, todos esses vetos que nós achamos que devemos derrubar por achamos que este Legislativo faz o acolhimento do direito, amplia o direito, estabelece a norma sobre o ar-condicionado; Ver. Paulinho Motorista, que o Governo, agora, crie uma progressividade na regulamentação! Agora, a norma avançou, dando conta do direito. É nesse sentido que nós vamos derrubar o veto, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, e vamos seguir mudando esta Cidade, este País pela norma também.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação o PLL nº 223/14, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 223/14, com Veto Parcial.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Prezado Presidente Mauro Pinheiro; meus colegas Vereadores e Vereadoras; senhoras e senhores aqui presentes que constroem a Cidade sustentável no dia a dia; prezados membros da imprensa; primeiro, eu quero trazer para esta Casa, para este debate, para análise aquilo que tantos Vereadores já vieram a esta tribuna dizer, mas eu preciso ratificar aqui. O Parlamento é um poder autônomo, ele tem que ter a prerrogativa de opinar, de tomar decisões independentemente do Executivo quando os projetos são bons para a cidade de Porto Alegre. Esta Casa entendeu e entende que são projetos qualificados.

Nós queremos voltar aqui ao tema do transporte público de Porto Alegre, que vem perdendo a sua qualidade e a sua capacidade de oferecer à população aquilo que todos nós defendemos, ou seja, um transporte público eficiente, com preço justo, com qualidade, com pontualidade e que atenda àqueles setores, àqueles segmentos que, por direito, não precisam pagar o transporte público; que esses tenham o direito à isenção.

Neste caso específico, votarei hoje como votei em 2007, quando a Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste apresentou esse projeto, que, na época, foi rejeitado. Votarei hoje como votei quando o Ver. Cassio Trogildo apresentou esse projeto permitindo aos trabalhadores da segurança pública, para que os cabos e soldados e mais os guardas municipais tenham isenção no

---

transporte público ao se apresentarem com sua farda. Esta discussão foi muito bem produzida, muito bem elaborada. O assunto foi discutido com a categoria, com a cidade de Porto Alegre. É um processo que não onera em nada, Ver. Nereu, o transporte público de Porto Alegre.

O que onerou o transporte da Cidade foi o Decreto equivocado do Prefeito Fogaça, em 2008, que passou o caixa da arrecadação financeira da bilhetagem eletrônica para a ATP coordenar. A ATP deixou de ser uma gestora do transporte público e passou a ser um banco, que gere o capital originário do transporte público, Paulinho, e deixa de se preocupar com a qualidade do transporte.

Hoje, não temos mais a renovação da frota como é dito na lei. Hoje, não temos o ar-condicionado nos ônibus, e o ar-condicionado vinha sendo implantado gradativamente. Hoje, os ônibus deixaram de ter o motor atrás, quando era mais econômico, mais eficiente e fazia menos barulho, inclusive para os motoristas. Passaram a comprar carrocerias e ônibus mais baratos. Hoje, não temos mais a Prefeitura controlando os horários dos ônibus, e, pasmem os senhores: sabem quem apresenta a planilha das isenções do transporte público? As próprias empresas! Não é mais a Prefeitura que faz esta fiscalização. Qual é a diferença em preencher uma planilha com o número dez ou com o número cem, se é o próprio operador que apresenta esta planilha de isenção? Isso onera quem paga a passagem.

Portanto, a medida em pauta, hoje, aqui, é de proteção, de segurança. Eu conclamo os colegas Vereadores para que mantenhamos o projeto como este Legislativo o aprovou. Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal o PLL nº 223/14, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração eletrônica.) **REJEITADO** o Projeto por 12 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Parcial.

Em discussão o PLL nº 285/13, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós que temos familiares com rejeição ao glúten, ou seja, que fazem parte do grupo dos

---

celíacos, vimos aqui declarar o nosso apoio a este projeto, uma vez que visa ao bem-estar dessas pessoas e que necessitam dessa identificação nos alimentos que vão consumir. Portanto, é um projeto importante porque dá condições de os consumidores saberem o que contém na sua alimentação. Fomos esclarecidos pela Associação quanto às consequências para as pessoas com doença celíaca, quando ingerem alimentos que contenham glúten, podem desenvolver outras doenças no decorrer do tempo, com o avanço da idade. Então queremos dizer, Ver. Dr. Thiago que V. Exa. como médico, também preocupado com a saúde, que o seu projeto é positivo, vai auxiliar a população e o nosso voto é favorável ao seu projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. DR. THIAGO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, vou ser bem objetivo, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, para não perder nenhum voto dos Vereadores que estão aqui. Quero me ater um pouco à doença. (Refere-se ao PowerPoint.) Isso aqui é em função da alimentação com glúten. Ou seja, o alimento para as pessoas que têm doença celíaca é o tratamento, é o remédio, e se não for feito adequadamente, pode gerar estes resultados, que são extremamente dolorosos. A segunda questão a que quero me ater hoje são as razões do veto. O veto fala em inconstitucionalidade, então temos que perguntar para a Prefeitura de Biguaçu, em Santa Catarina, por que não foi inconstitucional lá; nós temos que perguntar para a Prefeitura de Blumenau por que não foi inconstitucional lá; nós temos que perguntar para a Prefeitura de Florianópolis por que não foi inconstitucional lá; nós temos que perguntar para a Prefeitura de São Paulo por que não foi inconstitucional lá; nós temos que perguntar para a Prefeitura de Joinville por que não foi inconstitucional lá; nós temos que perguntar para a Prefeitura de Recife por que não foi inconstitucional lá; nós temos que perguntar para a Prefeitura de São José dos Pinhais por que não foi inconstitucional lá; nós temos que perguntar para a Prefeitura de Cariacica por que não foi inconstitucional lá. Nós temos que perguntar para todas as prefeituras dessas cidades por que lá não foi inconstitucional. É o acesso à informação, é isso que os pacientes celíacos querem neste momento. Essa alimentação seletiva já é executada em alguns setores da

---

---

Prefeitura; a SMED, por exemplo, já aborda isso. Por que não estender a todos? E falo especificamente da alimentação da cesta básica para o doente celíaco, sem glúten, nas prefeituras. O projeto tem duas partes. A primeira é o livre acesso à informação, e a segunda, como o Estado do Rio Grande do Sul é pródigo na produção de arroz, por que não utiliza nessas cestas básicas a farinha de arroz em vez da farinha de trigo? Será que não vai baratear um pouco o valor da cesta básica? Realmente, Ver. Bernardino, entendo este veto total como uma consequência, Ver. Janta, de eventos por parte do Executivo. Todos sabem do que eu estou falando aqui! Todos os Vereadores baixam a cabeça, mas sabem do que estou falando aqui!

Agora, eu quero dizer que este projeto não é do Ver. Dr. Thiago; este projeto já não é nem mais da sociedade civil organizada; este projeto é da Câmara de Vereadores, que foi aprovado pela unanimidade dos Vereadores, no dia 22 de dezembro, com o aval do Executivo, que trouxe para cá 50 projetos e que negociou com os Vereadores, inclusive comigo, a aprovação deste projeto. Portanto, é injusto com os doentes celíacos – não comigo – vetar este projeto sem nenhuma justificativa plausível e sustentável. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Ver. Dr. Thiago, este veto do Prefeito Fortunati é mais do que inadmissível, é um absurdo, é um desrespeito completo com o direito à informação! Nós não conseguimos conceber que o Governo vete um projeto tão importante, que diz respeito à vida, à saúde das pessoas. Eu estive aqui quando a Associação dos Celíacos apresentou na Tribuna Popular as consequências gravíssimas, que podem levar a óbito quando da ingestão de alimentos com glúten. Então, é absolutamente inaceitável que o Governo tenha vetado. E para isso nenhum argumento é plausível. A inconstitucionalidade é uma mentira, porque senão seria inconstitucionalidade em todo o Brasil; e não é! Várias cidades já aprovaram legislação nesse sentido.

Do ponto de vista ainda da Constituição, a gente tem o princípio local, em que o Município tem autonomia para legislar em relação aos interesses da municipalidade. Isso foi feito

em outros Municípios. O Ver. Dr. Thiago encaminhou lei em Porto Alegre, foi aprovada por unanimidade na Câmara, com o voto de todas as bancadas, e agora nós recebemos no pacote dos vetos autoritários do Governo, o veto a este projeto.

Então, quero dizer ao senhor que obviamente eu e o Ver. Alex Fraga vamos votar pela rejeição do veto, pela manutenção do projeto, pela coerência da votação que foi feita em dezembro do ano passado, pelo respeito ao direito à informação, pelo respeito à vida, pelo respeito aos celíacos, pelo respeito que nós temos que ter e de garantir que a legislação avance no sentido de garantir direitos à população Porto Alegre. O que nós vimos foi um conjunto de vetos unilaterais que vetaram iniciativas muito importantes para a cidade de Porto Alegre. Felizmente, segunda-feira, nós derrubamos dois desses vetos e esperamos que, nesta quarta-feira, este seja o primeiro a ser derrubado.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Boa tarde a todos; coincidentemente, Cecchim, há cerca de duas ou três semanas, encaminhei aqui um projeto para conceder o título honorífico de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao Dr. Samuel Dalle Laste. Estavam comigo o Dr. Thiago, o Pujol, entre outros. Uma das coisas que me fez fazer a homenagem a esse médico renomado no Brasil todo, justamente, é porque foi ele quem me ensinou, Cecchim, o quanto a nossa cultura alimentar, de uma maneira geral, é mal elaborada. Falamos aqui da política, da imprensa, de valores e de princípios, mas isso atinge a tudo. A alimentação também é fruto e consequência de uma cultura comercial que se tem. Acho que não se trata de oposição ou situação nesse tema – inclusive, falo em meu nome e em nome da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony –, trata-se de uma questão que vai muito além de uma discussão política; é uma discussão que temos que firmar para a formação de uma nova cultura alimentar.

A dieta celíaca hoje, além de não ser tratada costumeiramente... Poucas pessoas têm conhecimento, eu mesmo tenho 33 anos e só fui saber o que era uma dieta celíaca com 31. Há pessoas que têm o diagnóstico celíaco numa idade mais avançada. Eu diria que essa dieta não deveria ser só para os celíacos, deveríamos discutir essa dieta dentro das

---

escolas, dentro de locais de trabalho, porque, seguramente, é algo que dá longevidade a quem consome uma dieta mais saudável, dá qualidade de vida a quem tem acesso a essa informação.

Eu estava até comentando com a José antes de subir aqui, Presidente Mauro, que não só acho que teria que ter essa questão de rótulo, como eu acho que deveria ter toda uma discussão de imposto em cima dos alimentos para celíacos, porque, hoje, para se fazer uma alimentação de forma saudável é muito caro. A pobreza e a miséria existem, as pessoas não têm o básico do básico, não têm o que comer. A miséria é uma coisa bastante notória em toda história do Brasil – para os celíacos ainda é mais difícil. Imaginem alguém que é celíaco e pobre. Vários aqui que se identificam, sabem que se alimentar, no caso dos celíacos, é muito caro. Eu acho que tínhamos que, inclusive, pensar em como fazer essa alimentação se tornar mais acessível, dar isenção de impostos, reduzir, fazer feiras para estimular que os valores dessa alimentação caíssem. Porque, se já é caro alimentar-se de forma normal, tradicional ou da cultura formal, para os celíacos é mais difícil ainda.

Queremos apoio, e não só ao projeto. Eu queria convidar o pessoal da associação, que vem fazendo a discussão na Internet, que faz a discussão na sua família e que trouxe, aqui, para a Câmara de Vereadores, essa discussão através do projeto do Ver. Dr. Thiago... Não basta resolvermos isso, a luta que tem que ser permanente, para estimular e conscientizar a respeito desse tema – eu fui saber sobre isso há dois anos, antes disso, eu não sabia – e de outras doenças, como diabetes. Há várias doenças que devem ser discutidas de forma específica, e é importante e fundamental que a sociedade tenha conhecimento de todas elas, porque, lamentavelmente, hoje, se paga um preço, e vocês sabem bem disso, pela ignorância, pela limitação e pela falta de acesso à informação.

Então, o apoio não só ao projeto, mas ao apoio aos celíacos para que isso seja estendido a toda a sociedade. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

---

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores aqui presentes, quero iniciar cumprimentando a Acelbra, aqui presente, através da sua coordenadora Suelen e de todas as meninas e meninos que lutam por esse tema.

O Ver. Cecchim me deu uma dica, aqui, para eu falar sobre a engenharia de alimentos. Primeiro, quero fazer uma pequena contextualização aqui: a doença dos celíacos é bastante nova, tanto na literatura quanto nos cadernos da Medicina. Ela está em sua caminhada inicial, ainda precisa ser incorporada, inclusive, nos Anais do INSS, para que seja amparada assim como as demais doenças clássicas existentes.

Hoje, 6% da população é portadora dessa doença. Então, imaginem aquelas famílias que não identificam a doença num primeiro momento; e imaginem o custo que têm para manter a alimentação adequada sem deixar que a doença se manifeste, o que pode levar à morte.

Sabem por que essa doença se manifesta com mais intensidade nas pessoas que são propensas? Porque a engenharia genética da produção do trigo buscou no trigo algumas essências, que é a produção do amido e a produção do glúten, em detrimento de outras qualidades nutricionais.

O valor do trigo é medido pelo seu PH, ou seja, o peso hectolitro; o PH do trigo que for acima de oito, dá um maior valor econômico. E a engenharia genética trabalhou para concentrar na produção do trigo o amido e o glúten. Bom, isso tem uma incidência fantástica na sociedade, que se revela através dessa deficiência da capacidade da digestão alimentar das pessoas que têm a sua composição genética propícia à doença celíaca.

Então, diante disso, eu quero fazer uma recomendação, inclusive, a esta Casa, porque está em debate aqui, um debate muito torto, muito equivocado, simplesmente, a volta da Zona Rural ou não; nós temos que discutir é a qualidade da produção dos alimentos. A agricultura ecológica tem que produzir e resgatar os bancos genéticos de semente, para que as sementes que têm capacidade produtiva com capacidade medicinal e nutricional sejam mantidas em detrimento, sim, da indústria química, da indústria de agrotóxicos e da indústria, simplesmente, da engenharia genética, prezado Casartelli – o senhor que foi Secretário da Saúde até poucos dias –, para que essas famílias possam ser amparadas.

---

Então eu venho dizer aqui que não temos nenhuma dúvida de que este projeto é constitucional, não temos nenhuma dúvida.

Eu conheço a Teresinha, que está ali, que mora lá na Lomba do Pinheiro, na Morada das Colinas, numa casa construída pelas suas próprias mãos numa vila irregular que nós aprovamos aqui em 2007, como Área Especial de Interesse Social; e com aquela aprovação pôde entrar energia elétrica lá e hoje ela pode atender o seu filho, que é celíaco, com equipamentos, porque entrou energia elétrica e porque nós aprovamos como Área Especial de Interesse Social, como no veto que nós derrubamos ontem.

Vereadores, isso não se trata de um projeto de disputa, de colocar um contra o outro, mas se trata de acolher aqueles segmentos da sociedade que realmente precisam, e os celíacos precisam ser reconhecidos aqui no Parlamento e pelo Executivo.

Sr. Prefeito, aceite este projeto como um bom projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. PROFESSOR GARCIA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste, este projeto do Ver. Dr. Thiago nos trás à reflexão, porque, na realidade, são doenças que sempre existiram, mas não eram detectadas, coisas que na literatura têm aparecido só nos últimos anos, e à medida que o mundo vai evoluindo, novas doenças vão aparecendo. E o que cabe aos gestores públicos?

Aqui eu não vou entrar na questão do alimento em si, mas vou entrar naquilo que é possível e factível nesta Casa. Lembram os senhores que, há alguns anos, quando se falava da obrigatoriedade do cinto de segurança, todo mundo dizia que era maluquice. Cinto de segurança? Na realidade, criou-se a cultura do cinto de segurança. Hoje, quando entramos no carro, é automático. O uso sistemático do cinto de segurança mostrou, ao longo dos anos, que isso diminui o número de mortes em decorrência de acidente de trânsito.

Podemos ir mais adiante, com uma questão mais nova, sobre a bebida alcoólica, que está mudando a cultura. Hoje, é comum, quando as pessoas saem, um não beber para poder

---

dirigir, ou vão de táxi. São situações novas. E, aqui, o que se busca, na realidade, é informação.

O texto do Ver. Dr. Thiago tem algumas coisas que acho que são difíceis. O Prefeito poderia vetar parcialmente, mas não o fez, como a questão da cesta básica, que é uma das questões. Eu vou preocupar com a primeira fase, que é da informação.

Quando vou a qualquer estabelecimento, gostaria de saber – tenho o dever e o direito – se tem ou não tem glúten, porque isso é, na realidade, qualidade de vida, é saúde, e os estabelecimentos têm o compromisso de fazer isso. Então, Ver. Dr. Thiago, por isso, este projeto é altamente meritório, é uma nova cultura. Eu tenho, dentro da minha família – V. Exa. sabe – há pessoas que, depois dos 30 anos, ficaram sabendo que tinham a doença. Certamente, aquelas dores de barriga muito inconvenientes que tinham quando crianças eram decorrentes disso, porque, até pela nossa ignorância de não saber, não era detectado.

A Câmara, como um segmento, é um ser vivo que tem que ajudar a ser pró-ativo para a sociedade. Então, informar aos consumidores acerca da presença ou da ausência de glúten dá um transtorno? Na realidade, é um transtorno inicial, mas, com o tempo, a cultura vai fazer com que os estabelecimentos resolvam os seus problemas, facilitem a vida, porque o número de pessoas, hoje, com doença celíaca está aumentando, porque a doença aparece e está sendo detectada. Então quero lhe parabenizar e dizer que somos favoráveis à derrubada do veto.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. CARLOS CASARTELLI:** Sr. Presidente, Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é indiscutível o mérito do projeto. Ele é extremamente meritório. Mas muitos projetos acabam tendo problemas por artigos que são colocados e que deveriam ser vetados, talvez parcialmente, mas o veto foi feito de forma total. E não há como não assumir que este projeto tem artigos que são inconstitucionais. Nenhum de nós pode perguntar para outra cidade por que na cidade X ou Y o projeto não foi inconstitucional. Eu tenho que perguntar para a Constituição, para as leis que regem este País.

Eu não posso perguntar para uma outra cidade, não nos compete perguntar para outra cidade. Existe a Constituição Federal, que deve ser consultada.

O projeto é meritório, mas onera as despesas do Município de Porto Alegre, as despesas do Executivo. Ora, esse projeto não poderia conter o artigo que onera os cofres municipais. Nós estamos tratando aqui de uma questão de saúde. Quem é que sustenta a saúde no território brasileiro? Quem sustenta a saúde, do ponto de vista financeiro, de execução das ações, são os Municípios. São, aproximadamente, 5.500 Municípios deste País que mais gastam em saúde. Quem menos investe em saúde em praticamente todo o território nacional são os Estados; em segundo lugar, quem menos investe, é a União; e quem mais investe são os Municípios. Então, cada vez se onera mais os Municípios brasileiros, tendo que responder pela saúde da população, com uma grande responsabilidade muito acima dos outros entes federados, que, inclusive, arrecadam mais que os próprios Municípios. Então, a inconstitucionalidade de parte desse projeto, pelo menos, é indiscutível, e tem que se discutir com a Constituição e não com outros Municípios. Mas ele é, sem dúvida nenhuma, um projeto meritório e precisa ter um encaminhamento.

O grande risco da aprovação desse projeto, nesta Casa, é que ele pode ter arguida pelo Executivo uma outra instância de discussão, se o projeto é ou não é constitucional. E isso é um risco muito grande para esse projeto, que precisa ter um encaminhamento mais célere possível.

Então, a minha sugestão – eu falo aqui em nome do Governo – é que nós possamos encaminhar um outro projeto de lei que não seja inconstitucional, que possa conter tudo que contém esse aqui, mas que seja um projeto encaminhado pelo Executivo, porque aí não há risco de vício de origem. Ou, então, fazemos outro projeto sem colocar a questão da cesta básica, que não há dúvida nenhuma da sua importância para aquelas famílias que são carentes, que precisam.

Agora, aprovar o projeto como está hoje significa um risco muito grande de se recorrer para outra instância, como o Judiciário, e esse projeto acabar ficando parado no Judiciário durante muito tempo. Então, esta Casa tem como fazer outro encaminhamento e eu me comprometo de fazer esse encaminhamento junto ao Governo. Eu falo aqui pelo Governo: vamos fazer outro encaminhamento para que esse projeto possa tramitar, em um

---

segundo momento, em Regime de Urgência, para que a gente possa dar celeridade, para que ele possa ser aprovado num curto espaço de tempo. Mas como ele está, infelizmente, tem, sim, critérios de inconstitucionalidade.

**A Sra. Sofia Cavedon:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Casartelli, nós estamos ouvindo essas ponderações, construindo, conversando com os Vereadores os destaques aos artigos que se referem à cesta básica. Gostaria que V. Exa, que é médico, pudesse nos ajudar nessa construção – a orientação que temos da Diretoria Legislativa é de que pode. O Ver. Dr. Thiago está conversando. Eu gostaria de fazer um apelo ao senhor, que domina muito a área, para que pudéssemos construir e preservar o que é possível preservar no projeto.

**O SR. CARLOS CASARTELLI:** Ver.<sup>a</sup> Sofia, eu acredito que, se for possível discutir, com o projeto vetado, o artigo que onera o Município, acho que podemos fazer essa discussão. Eu reconheço que eu sou um Vereador que comparece a terceira, a quarta reunião plenária desta Casa, então eu realmente não sei, do ponto de vista da legalidade, se pode ser feito isso; mas, se não, nós teremos que discutir, pelo menos, o artigo que onera ao Executivo em separado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, propusemos aqui um acordo com o Governo de tirar a cesta básica. Só que o Governo sempre quer tudo! O Governo quer ser o dono da lei! O Governo quer a lei para ele! Entendeu? A lei tem que vir do Executivo! A lei tem que vir do Executivo um escambau! A lei tem que vir é desta Casa! Entendeu?! A lei tem que vir do Vereador! Isso prova a perseguição ao Vereador. É prova da perseguição a esta Casa: quando o Vereador faz um projeto, o Executivo vem correndo com o projeto! A lei tem que vir do Executivo um escambau! Porque o Executivo, antes de vetar qualquer porcaria, porque trata a lei como porcaria, tem que saber... Porque o Executivo não criou a lei em São Paulo, em Recife, em São José dos Pinhais,

---

---

em Florianópolis, em Blumenau, em Vitória, quem criou foi o Legislativo! Então, vamos parar com essa palhaçada de o Executivo querer ser o dono da verdade! Nós estamos aqui fazendo papel de palhaço?! Nós fomos eleitos, tem que respeitar quem votou na gente! E decorei errado, “celíaco”. Não é a minha área de atuação. Eu já falei para o Ver. Dr. Thiago: para de mostrar essas fotos, que isso deixa o cara enjoado, mas isso faz mal para o povo. Daí eu vejo um Executivo burro. É mais caro dar arroz para as pessoas ou tratar aquela montoeira de doença que estava ali? O que é mais caro, gente?! Aí vem dizer que a lei tem que vir do Executivo. Não, a lei tem que vir do Legislativo, porque o Ver. Dr. Thiago fez a lei, porque o Ver. Delegado Cleiton fez a lei, porque o Ver. Paulinho Motorista fez a lei, porque o Fulano de Tal fez a lei... Aí, logo em seguida, vem o Executivo com uma lei, tanto que nós estamos com um projeto aqui, e o que vale é a lei do Vereador. Por que tem que ser do Executivo? Qual é a oneração, tirando os destaques 3 e 4 que terá o Executivo?

**O Sr. Engº Comassetto:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero contribuir com a sua fala. O acordo que nós podemos sugerir ao Executivo é de que se aprove a lei hoje, e o Executivo mande um projeto para qualificar esse que nós aprovamos, se tiver mais sugestões a fazer. Não tem problema nenhum, vamos aprovar. E o Executivo pode mandar o que quiser que nós aprovaremos. Muito obrigado.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Aí o Vereador não pode fazer lei aqui na Casa se não tiver o amém do Executivo? Só o Executivo que pode fazer lei? Só o Executivo? Isso aí foi votado por maioria! Por maioria! E sabem o que é maioria? Esses tempos eu estava batendo cabeça, procurando: “Quem está de acordo que fique como está!” E todo mundo ficou de acordo! Isso foi em dezembro, todo mundo estava com pressa para ir embora! E eu já cobrei isso. Se a Câmara não pode, não vota! Se não valia em dezembro, porque que deixaram votar? Se não valia em dezembro, por que não reprovaram lá em dezembro? Agora, se não está onerando nada, se está dando saúde – a saúde é prevenção –, por que vão gastar mais depois?

**O Sr. Bernardino Vendruscolo:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Primeiro, eu quero cumprimentar o Ver. Dr. Thiago que, incansável, trouxe esse debate

---

no dia de hoje. E até quero cumprimentar também o Ver. Casartelli porque sinaliza numa composição com o Governo. Agora, é verdade, nós precisamos defender a autoria do projeto do Ver. Dr. Thiago, mas a que se fazer um registro positivo, na medida em que o Dr. Casartelli – nosso colega Vereador – sinaliza com uma composição. E essa composição de um novo projeto só pode ser subscrito por 12 Vereadores, logo em seguida, ou, no ano seguinte, o próprio autor pode propor, um outro Vereador. Neste ano, um Vereador não pode propor, caso ele saia derrotado hoje.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Pelo que entendi, o projeto está aqui, é só destacarmos os artigos 3º e 4º que o projeto está pronto, gente! Agora, o que o Executivo quer é que o projeto seja dele!

**O Sr. Kevin Krieger:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cláudio Janta, antes de o senhor ir à tribuna, nós estávamos verificando o que poderíamos fazer. Estamos tendo uma informação com o Líder do Governo; está havendo a possibilidade de fazermos esse encaminhamento.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Eu acho que é isso! Eu acho que o autor é o Ver. Dr. Thiago! O projeto é dele! Tira-se a cesta básica, e pronto! Agora, não precisa o Governo encaminhar um projeto! O que o Governo tem que fazer, quando entrar um projeto aqui, é acompanhar e chamar o Vereador lá no Paço Municipal, sentar e conversar com o Vereador sobre o projeto, encaminhar junto! É isso que o Governo tem que fazer! E não esperar esse projeto vir para cá, votar, passar três meses e vetar esse projeto! É chamar quando o projeto é protocolado aqui. É chamar o Vereador, sentar com ele, criar junto o projeto: o Vereador e o Executivo. Acho que esta Câmara está disposta a fazer isso, criar os projetos junto com o Executivo. Tanto a Câmara, quanto o Executivo querem o melhor para a cidade de Porto Alegre, o melhor para a população de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony assume a presidência dos trabalhos.)

**O Sr. Airto Ferronato:** Ver.<sup>a</sup> Jussara, Presidente desta Sessão, nós, junto com o Ver. Dr. Thiago, já assinamos um requerimento, em nome do Governo, para votarmos em parte os artigos vetados, um a um.

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** Feito o registro, Sr. Vereador.

**O Sr. Dr. Thiago (Requerimento):** Solicito, em nome de vários Vereadores, que sejam votados em destaque os artigos 3º e 4º do PLL nº 285/13, com Veto Total. Agradeço a boa vontade dos colegas Ver.<sup>a</sup> Sofia, Ver. Cláudio, enfim, de todos os colegas que se pronunciaram. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** Vereador, por favor, encaminhe o Requerimento para que possamos trabalhar o rito de votação.

**O Sr. Professor Garcia:** Vereadora, solicito a V. Exa., caso seja possível, que leia os artigos que estão sendo destacados.

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** Nós estamos solicitando à Diretoria Legislativa. Vamos fazer isso e depois damos continuidade aos Vereadores inscritos. Alerto aos Srs. Vereadores que esse requerimento deve ser votado antes da votação do Projeto, com Veto Total.

(Procede-se à leitura dos artigos 3º e 4º do PLL nº 285/13, com Veto Total.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Exma. Presidente Jussara Cony; Vereadores e Vereadoras; efetivamente, este projeto tem um mérito muito grande porque ele trata da vida, trata da saúde, que é a vida. Eu recebi a visita do presidente da associação, um jovem muito educado que me deu várias informações. Solicitei ao Prefeito que antecipasse a reunião da base do Governo para discutir este assunto. Esse assunto foi

---

---

amplamente discutido, e o Vice-Prefeito garantiu a criação de uma comissão para fazer um projeto que não tivesse essas dificuldades. Eu, realmente, examinei e, como sou Presidente da Comissão de Economia e Finanças, verifiquei vários detalhes que realmente trazem inconvenientes e agressões à Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente ao vício de iniciativa, porque o projeto cria despesas, cria obrigações que a Prefeitura vai ter extrema dificuldade em cumprir. Ele obriga os restaurantes, bares, lanchonetes, confeitarias e congêneres. O que são congêneres? Tudo. A carrocinha de cachorro-quente da Restinga é congênere. A farinha que o dono da carrocinha usa no pão tem que ter a comprovação de isenção de glúten por laboratório especializado. Quando ele vai ter esse comprovante? Nunca. Ele cria obrigação de cestas básicas, ou seja, cria despesa para o Município. Nós sabemos que o Legislativo não pode criar despesa para o Executivo sem indicar a fonte de custeio. Isso é ilegal. Ele exige uma nutricionista que supervisione o uso do produto – não a distribuição do produto, mas o uso. Ou seja, se uma escola está usando aquele produto, tem que ter uma nutricionista lá para fiscalizar o uso.

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** É o que diz o seu projeto, Vereador! Não adianta o senhor ficar dizendo... Eu estou lendo o que o senhor escreveu.

Ele também institui uma multa de R\$ 500,00, e o dobro a cada reincidência. Para os restaurantes, para o Plaza, nenhum problema, mas, para a carrocinha aquela, são R\$ 500,00, depois é R\$ 1 mil, depois são R\$ 2 mil. Muito bem. A carrocinha da Restinga é congênere, porque ela faz o pastel, vende o cachorro-quente.

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Está no seu projeto, Vereador.

As escolas, só as que têm refeitório; as outras não têm nutricionista. Só as que têm refeitório. Volto a dizer que falei com o Vice-Prefeito, e ele garantiu uma comissão que oriente. Eu acho que o projeto tem grande mérito, mas ele tem vários equívocos, ele fere

a Lei de Responsabilidade Fiscal, e V. Exa., Ver. Dr. Thiago, foi Presidente desta Casa, sabe o que é Lei de Responsabilidade Fiscal.

**O Sr. Dr. Thiago:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu só quero responder a V. Exa. que este projeto foi uma construção coletiva, com a participação inclusive do Executivo, que se omitiu em determinado momento. Bom, aí o problema não é meu! Nutricionista todas as escolas têm; se não têm, lá há um responsável de nutrição. E essa cesta básica já é distribuída pela SMED, cesta especial para os pacientes celíacos. Já existe isso. Só queremos transformar políticas de governo em política de Estado. E o projeto não é inconstitucional. Como o Ver. Janta disse, foram as Câmaras que aprovaram. E esse, segundo o art. 30 da Constituição, é um assunto de interesse local, portanto não é inconstitucional.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Vereador, é flagrantemente inconstitucional. V. Exa., além de médico é advogado, conhece. Tem que admitir certas coisas. Eu acho muito difícil, Sra. Presidente, porque há vários artigos que têm que ser destacados, porque há quatro ou cinco obrigações. Vai ser difícil formatar um acordo.

**O Sr. Nereu D'Avila:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Rapidamente, quero trazer a minha inteira solidariedade e o meu inteiro apoio pela percuciência com que está examinando o projeto. Um projeto novo é a solução.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Obrigado.  
(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Sra. Presidente; colegas Vereadores; público que nos assiste das galerias e TVCâmara, a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, minha companheira de Bancada no PSOL, já falou muito bem a favor do projeto, e somos pela derrubada do veto do Prefeito Fortunati. Porém, resolvi subir à tribuna para dar alguns destaques. Este

---

pág. 40

---

projeto passou pela Procuradoria da Casa. Se fosse inconstitucional, não teria passado, não teria a aprovação da Procuradoria. Se houver realmente inconstitucionalidade, vamos votar e derrubar o veto do Prefeito, que entrará na Justiça e o Judiciário é que vai decidir se é ou não inconstitucional. As instâncias da Casa já decidiram: não é inconstitucional. O Prefeito acha que é? Então que a Justiça decida. A nossa obrigação é: o projeto é bom, tem méritos, vamos aprová-lo e dar sequência a ele.

**O Sr. João Carlos Nedel:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) A Procuradoria apontou a inconstitucionalidade nesse Parecer.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Continuando minha linha de raciocínio: entendo que é do jogo político, mas não aceito, não concordo um veto total a um projeto tão importante por parte do Executivo. Entendo. É do jogo político. É inegável que por vezes projetos de mérito sejam barrados por perseguição política a um candidato, a um Vereador. Entendo, mas não aceito, não concordo que um projeto sofra perseguição política por causa do partido do qual ele saiu, da bancada da qual ele saiu, mas não aceito, não concordo. O nosso trabalho é julgar o mérito da questão. Eu não posso aceitar de forma alguma e não posso me calar a um ato do Executivo que vá contra a saúde pública, que vá contra o bem-estar dos habitantes da nossa Cidade. Este é o nosso trabalho. Esta é a nossa responsabilidade e eu não posso me furtar a isto. Se o nosso Prefeito não tem consciência do que está fazendo, cabe a mim abrir seus olhos. É por conta dessas ingerências que o Prefeito está nesse grande mal-estar em que ele próprio se colocou, votando contra os interesses da população, votando contra os interesses do Município de Porto Alegre. Boa tarde a todos e o nosso voto vai ajudar a derrubar esse Veto.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

---

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Obrigada, Ver. Mauro Pinheiro, nosso Presidente. Estava ouvindo dos Vereadores, conversando com o povo da Associação dos Celíacos do Brasil – Acelbra, e cumprimento o presidente, a diretoria, todas as mulheres que estão aqui, bravamente, construindo uma legislação, e é disso que se trata. Falei com o Ver. Waldir Canal - e quero falar com V. Exa. -, que me ponderou: as questões de custo é que atrapalham. Conversei com o Ver. Mario Manfro, da mesma maneira, por isso ponderei com a Associação, e o Ver. Dr. Thiago logo encaminhou, e acho que é um bom momento desta Casa: vamos nos desarmar e vamos construir uma importante norma, que ainda não é tudo que sonhamos, mas é um passo importante para uma próxima etapa, em que a gente vai construir informação e proteção. Todos nós que estivemos aqui na quinta-feira vimos o que significa um pouco de informação: é salvar a vida das pessoas. Essa doença é apenas e tão somente trocar a alimentação. Conversei com a Ver.<sup>a</sup> Mônica, que disse que o problema era o custo para o Executivo. O Ver. Casartelli, que estava na tribuna, foi sensível a isso. Quero falar de um tema que ainda está polêmico, que é da alimentação escolar, Ver. Janta. Nós já evoluímos muito na Rede Municipal de Ensino, e se não há, e não há mesmo, uma nutricionista para cada escola; há uma equipe de nutricionistas na SMED que supervisiona o trabalho das técnicas de nutrição, e todas as escolas municipais têm planejamento de merenda, têm cuidados especiais com crianças diferenciadas, têm que ter. Portanto, a norma, a proposta, está muito adequada, é muito necessária, pois se nós não cuidarmos da criança lá na infância... É simplesmente uma dieta diferente, um alimento diferente, e se vai comprar para 50 mil alunos farinha, para 5 mil ou 2 mil vai comprar farinha de arroz, vai comprar outro alimento. Isso é apenas uma adequação que é um direito de uma escola inclusiva, de uma educação inclusiva, da nossa visão de educação. Parabenizo o Ver. Professor Garcia por vir aqui defender o projeto. Nossa visão de educação é que todas as crianças com deficiência, crianças com “n” problemas, de todas as cores, de todas as opções religiosas, sexuais, tenham esse respeito na escola. E na alimentação não é diferente. E eu sou oposição a esse Governo já há alguns anos, e falo com orgulho da orientação e do trabalho, da alimentação nas escolas municipais. Nós precisamos multiplicar isso, ex-Secretário Casartelli, que a Vigilância Sanitária trabalha tão bem, além da alimentação saudável nos bares e cantinas escolares. Então nós estamos transformando em norma uma questão que é de saúde, de vida e morte, questões que são simples. Estamos tirando custos, estamos tratando de

---

---

critérios, estamos tratando de informação. Não tem mais por que vetar. Se há uma Vereadora que tem várias divergências importantes com o autor da lei, que é o Ver. Dr. Thiago, é esta Vereadora! Nós temos muitas divergências. Agora, não será porque ele é intermediário e defende muito bem o tema, porque é sua área, e eu não ter contraposição com ele, que não vou votar; ao contrário, muito ao contrário. Exatamente na nossa concepção de que o Parlamento tem que representar o povo, e este projeto representa o movimento, representa uma luta, representa o olhar para as minorias, Ver. Waldir, representa o olhar para as doenças raras, é que nós vamos votar e vamos derrubar, de maneira discricionária, o veto. Vamos manter o veto, se construirmos o acordo, nos dois artigos que neste momento implicam em custo. Mas queremos depois que o Executivo trabalhe essa questão. Mas queremos construir esse acordo aqui. Parabéns à entidade, a Acelbra, pela capacidade de diálogo, pela capacidade de proposição. Ver. Dr. Thiago, a gente se orgulha quando a população atua diretamente e faz o mundo melhorar.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Inicialmente, quero saudar o Ver. Dr. Thiago, parabenizando-o por ter sido intermediário da construção coletiva, e todas as pessoas da Acelbra que estão aqui.

Vocês talvez estejam acompanhando esta votação e discutem ali com o Ver. Nereu, defensor do Prefeito, mas não presenciaram – acredito que não estavam aqui na segunda-feira, quando tivemos um projeto, basicamente idêntico, quanto ao tema do direito à informação. A Ver<sup>a</sup> Lourdes protocolou um projeto aqui, foi aprovado, e o Prefeito vetou. Um projeto que garantia também o direito à informação - se esse produto era ou não testando em animais. O Prof. Alex discutiu o tema, nós discutimos também. Notem, se fosse um caso isolado, um descuido da Prefeitura, ela poderia ter feito emendas no dia que aprovamos o projeto, inclusive supressivas. Esses artigos, que estão separados agora e que vamos votar separadamente, poderiam ter sido objeto de supressão; o projeto poderia, então, ter sido sancionado pelo Prefeito. Isso não aconteceu, o que revela, no mínimo, um descuido da base do Governo em acompanhar os projetos que

---

estão sendo votados nesta Casa. Pois bem, o projeto é aprovado, vai para o Prefeito, que tem a ferramenta do veto parcial, mas a soberba, a arrogância é tanta, que veta totalmente. Bastava o Prefeito dizer veto parcial, tirando os artigos 3º e 4º, ficando o restante. Digo isso, sendo destinatário também, Ver. Thiago, porque o primeiro projeto de lei que fizemos aqui na Câmara - a criação do fundo diretor do plano cicloviário -, o Executivo sequer dialogou conosco e apresentou um projeto idêntico; poderia ter feito emendas, poderia ter feito um substitutivo ao nosso. Venceu-nos e fez aprovar o seu. Agora está na Ordem do Dia o projeto de transporte de animais. O Executivo protocola o mesmo projeto seis meses depois, não dialoga. Agora, há 15 dias, chamou-nos para uma conversa, nós fomos. Ao prevalecer a patola do Executivo, a orientação é: derrubar o projeto do Ver. Sgarbossa, do nosso mandato, e aprovar o do Executivo; não tem a humildade de fazer emendas ao nosso projeto. Eu sei que a vida de Vereador da base do Governo não é fácil, e, na segunda-feira, quando alguns Vereadores derrubaram o veto, a saída do Prefeito foi: “Me licencio do Partido” - que saída fácil esta, Ver. Márcio Bins Ely se não votam como ele pede. A autonomia dos mandatos de V. Exas., dos Vereadores e Vereadoras, pouco importa, pouco importa – “Eu quero que votem como o Governo quer”. Mas, então, por que não veta parcialmente? Vetou totalmente. Então, coloca os Vereadores numa saia justa. E vocês, na sua convicção, entendem que o projeto é meritório, votam contra o Governo, derrubam o veto e o Prefeito... Então, é uma sensibilidade incrível, poderia ter suprimido esses artigos e não o fez; poderia ter vetado parcialmente e não o fez; simplesmente vetou tudo. E assim nós temos uma lista de vetos aqui. O caso da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger é a mesma coisa: dava o direito de as pessoas saberem se o produto era testado em animal ou não. Dava só esse direito, não tinha nada, não tinha nenhuma obrigação, nenhuma despesa financeira para o Município; era o direito à informação pura e simples. Pois bem, lá do Palácio, digamos assim, lá do Paço Municipal veio a ordem do veto total; então, é uma pena.

Nós votaremos contra o veto, logicamente, para manter o projeto. E que bom que encontramos esta saída: retiramos esses dois artigos e aí, sim, não tem mais justificativa para não aprová-lo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vim trazer o nosso abraço e saudação a todos os que estão conosco nesta tarde, e aqui nós já estamos acostumados com o discurso de situação e o discurso, logicamente, de oposição. E a oposição, quando tem poucos argumentos - e não estou dizendo só ela, até posso dizer da situação também, em outro viés - , ela ofende o Prefeito. O Prefeito é o culpado. Ora, nós somos 36 Vereadores, se cada Vereador apresentar um projeto por ano, impondo despesa ao Executivo, nós vamos empurrar, para dentro do erário municipal, milhões e milhões e milhões de reais de despesa. A iniciativa do projeto de lei, que cria despesa pública, é exclusiva do Executivo. Então, respondendo ao Ver. Janta, temos projetos que têm seus problemas.

Agora, vou falar ao Ver. Alex, que veio aqui distribuindo críticas. Nós votamos, na segunda-feira, um Projeto que tenta regularizar 14 áreas - Áreas Especiais de Interesse Social. Se os 36 Vereadores tentassem regularizar - porque se eles podem apresentar projetos nesse sentido, nós também podemos - 14 áreas, vezes 36 Vereadores, nós estaríamos autorizados a apresentar a regularização de 504 áreas no Município de Porto Alegre! Respeitando a posição de cada um, é indispensável à posição do Executivo nesses projetos.

Agora, vamos à questão do projeto que aqui está. Precisamos construir uma saída negociada que atenda ao projeto. Passamos, Vereador, o tempo todo afirmando pela justificativa correta do Executivo, que a questão é a inconstitucionalidade do projeto. É claro, tem outras posições contrárias por mérito. Nós temos, aqui, a melhor saída, a única saída, que é o Requerimento, a pedido de Vereadores da base, iniciado por mim e por outros Vereadores.

Vamos votar pela aceitação do Veto, naqueles artigos que são verdadeiramente inconstitucionais, e precisamos incluir o artigo 7º, sim, e, depois, se tiver algum pequeno defeito no projeto que se assegura, apresenta-se um novo projeto fazendo alguns acertos, alguns aperfeiçoamentos na lei.

Eu acredito que é o caminho mais acertado, mais sereno, mais adequado para votarmos na tarde de hoje. Assegura-se a grande questão que é um pedido das entidades e das

---

peças celíacas, e com isso nós damos um pontapé inicial. Todos ganham! Todos ganham! Ganha a Câmara, ganha o Executivo e em primeiríssimo lugar ganha o celíaco da cidade de Porto Alegre.

Portanto, eu me posiciono não como Líder de Governo, mas como Vereador de Porto Alegre, compreendendo que o caminho sinalizado, em primeiro lugar pelo Ver. Casartelli, é um belíssimo caminho, é uma grande proposta. E vou repetir: aperfeiçoamentos, Ver. Cecchim, fazemos logo a seguir. Essa é a minha posição, repito, pessoal. É assim que eu compreendo a situação que está se decidindo agora. E repetindo: a oposição critica porque, talvez, seja o papel dela, mas precisaria criticar com menos argumentos ofensivos àqueles que estão pensando com seriedade na cidade de Porto Alegre, e o Prefeito está inserido nesse contexto. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o Ver. Comassetto estava passando por mim e eu disse: V. Exa., que é Engenheiro Agrônomo, fale sobre a engenharia dos alimentos.

Acho que todos vocês leram aquele livro “Barriga de Trigo”. O trigo – vou começar por Jesus, mas ele vem de antes – sofreu tantas modificações para dar mais produtividade, tantas modificações, que ele é tudo, menos trigo. E tudo que é trigo faz mal! Tudo que vem do trigo, não pelo trigo, mas pelas modificações que ele recebeu durante a história, principalmente, nesses últimos anos, para dar produtividade e para encher barriga, e não para ser um bom alimento.

Eu acho que nós temos tantos problemas com o trigo – eu mesmo tenho problema! –, porque gostamos de comer pão, massa. Quem não gosta? Todo mundo gosta, mas não pode! Não, não pode comer essas coisas todas.

Eu falei sobre este projeto e, agora, vou dar um local: Av. Baltazar de Oliveira Garcia, esquina com a Rua Dona Alzira, onde tem a Lancheria do Gringo. Ele se apavorou: “O que eu vou fazer? Não tenho como contratar uma nutricionista. Sou um gringo e não entendo nada disso. Às vezes, até misturo farinha de trigo com farinha de mandioca”. Pão

de trigo, pão de aipim, eles se atrapalham com essas coisas. O meu medo é que, com a lei, eles comecem a colocar “tem glúten, tem glúten” em tudo e, assim, acabem deixando marginalizados quem não pode com o glúten. Esse pessoal, por medo, vai escrever “contém glúten” em tudo.

Então eu acho que temos que ter esse cuidado. A grande maioria dos restaurantes já coloca “contém glúten”, e acho que isso está certo. Não colocam?

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Só no restaurante da Câmara que colocam?

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Cumprimentos para o nosso restaurante da Câmara, então, que faz a coisa como tem que fazer. Acho que, aí, sim, temos que começar pelos grandões que não escrevem. Aquelas comidas que vêm já embaladas têm, mas com uma letrinha deste tamanho, às vezes. Tem que dar a informação.

**O Sr. Airto Ferronato:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Mantenho o que afirmei, e V. Exa. tem lá suas razões. Se tivermos, no projeto mantido, alguma dificuldade, nós temos – Câmara e Executivo – a possibilidade de encaminhar um projeto pequeno para os aperfeiçoamentos deste projeto, que se manteria hoje, e até a preocupação de V. Exa. seria afastada. Peço: vamos votar favoravelmente.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Vamos fazer um novo projeto – é isso o que V. Exa. está propondo?

(Aparte antirregimental do Ver. Airto Ferronato.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Com um requerimento. Eu vou manter a minha; o Dr. Casartelli teve uma brilhante ideia de salvar o projeto. Mas vamos salvar dentro daquilo que funcione. Se é para funcionar, se é para o bem de quem tem a doença e de quem vai ter,

porque muita gente vai adquirir de agora em diante. E aí tem que começar a fazer uma campanha de saúde pública, na Prefeitura, no Estado; no Hospital Conceição, para quando a pessoa entre lá, já faça o exame. Eu não sei como se faz esse exame, mas vai para o hospital, faz o exame.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Eu tive alguns apartes importantes das pessoas que estão nas galerias. Se os médicos não sabem, imaginem os donos da lancheria e do restaurante!

**O Sr. Dr. Thiago:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) É que o diagnóstico é difícil, Ver. Idenir Cecchim. O diagnóstico se dá por biópsia.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** É muito mais sério do que se imagina.

**O Sr. Dr. Thiago:** Exatamente.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Muito bem. Muito obrigado. É sério demais esse assunto para olharmos só um lado. Então, vamos estudar um pouquinho mais isso.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Ver. Mauro Pinheiro, esta convergência dos médicos da Casa me anima. Eu já trouxe esse assunto, Ver. Mario Manfro, mas vou insistir: costumeiramente, quem vai ao médico fazer uma consulta, a recepcionista pergunta – e aqui não vou entrar no mérito da especialidade do médico – se a pessoa é casada ou solteira. E ela está a uns dez metros longe, com uma série de outras pessoas acompanhando, não tem discrição alguma, na maioria dos consultórios médicos! Falo isso como protesto. Os senhores que são médicos, por favor, quem sabe construam uma

mínima organização de sugestões para os médicos, para serem mais discretos em seus consultórios.

Mas eu quero cumprimentar muito o Ver. Dr. Thiago, porque ele traz um assunto aqui... O Ver. Dr. Thiago está rindo porque ele sabe perfeitamente do que se trata. Então, é o seguinte: o Ver. Dr. Thiago traz um assunto que anima esta Casa e que deixa os Vereadores um pouco exaltados, uns mais, outros menos, mas nós temos que entender o pano de fundo disso tudo. Eu vou só fazer essa referência aqui, e nós, Vereadores, precisamos estar unidos, senhoras e senhores.

Este Vereador, há poucos dias, propôs um projeto que tratava de ter, no mínimo, um advogado nas JARIs, aprovado por esta Casa, vetado pelo Executivo. Antes que nós apreciássemos o veto, o Executivo mandou um decreto contemplando o projeto. Assim sendo, o Vereador ficou com o pincel na mão. Isso é muito feio! Aqui eu quero defender veementemente que o autor dessa matéria é o Ver. Dr. Thiago! Ver. Dr. Thiago, votarei com V. Exa., ainda que, acompanhando alguns discursos, acho que nós temos que nos preocupar, sim, quando propomos projetos que geram despesas ao Executivo – nós temos que ter clareza desse particular, mas eu fecho questão com V. Exa. Nós fechamos questões, aliás, em vários vetos, o Executivo precisa fazer essa leitura. Aqui tem muitos que estão votando a derrubada dos vetos por um acordo feito, para salvar a autonomia desta Casa. Nós não podemos perder essa discussão, Lourdes, que foi feita entre aqueles que tiveram projetos vetados.

Eu quero fazer só um reparo, que há pouco, num aparte, eu falei a respeito do projeto para tramitar na mesma Sessão Legislativa. Tanto a Lei Orgânica como o Regimento dizem o seguinte: “A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria dos membros da Casa”. Então, evidentemente, Ver. Dr. Thiago, se seu projeto for considerado um projeto vetado e não for derrubado o veto, o senhor tem que liderar o novo projeto, fazer os reparos, conforme o nosso colega Casartelli também sugeriu, e nós o mantemos como autor do projeto e os demais subscrevem.

**O Sr. Dr. Thiago:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Bernardino Vendruscolo, pelo apoio. O principal é nós termos a votação do projeto consolidada, o projeto aprovado, como foi sinalizado aqui pelo Ver. Airto Ferronato, com a

---

retirada dos artigos 3º e 4º, que poderia já ter sido feito o veto parcial, que poderia ter sido feito com emendas dos colegas Vereadores, mas nunca é tarde para se reconstruir e se reconstituir. Poderia ter sido feito antes da aprovação geral do projeto, com a participação da atuação do Governo, depois com o veto parcial. Mas nunca é tarde para reconstituir esse tipo de situação. E eu saúdo essa disposição, principalmente do Ver. Aírto Ferronato.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Eu o saúdo mais uma vez, Ver. Dr. Thiago, primeiro por ser o autor; segundo, por já estar com esse encaminhamento nesse sentido, e eu acho que esta Casa ganha com essas discussões. Nós não nos dividimos aqui como alguns estão dizendo; nós votamos, pensamos e discutimos de forma diferente, mas, com certeza, ao final desta Sessão e de outras tantas que virão, nós estaremos construindo o melhor para a população.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 285/13, com Veto Total.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Presidente, Ver. Mauro; Vereadores, Vereadoras; os que nos assistem neste plenário e também pela da TVCâmara, eu escutei atentamente todas as manifestações nesta tribuna, que foram importantes, também o clamor das pessoas envolvidas; assisti ao filme; estou neste plenário desde muito cedo, atenta, preocupada com as questões que dizem interesse à população, principalmente às pessoas com qualquer tipo de problema. Eu, por uma questão de formação pessoal, tenho uma necessidade muito grande de deixar as coisas claras. E algumas coisas ditas aqui na tribuna me preocuparam, porque deram a entender que aqueles Vereadores que vão votar ou que falaram em manter o veto do Executivo, do Prefeito, estão contra uma população que tem uma doença muito séria, que realmente precisa de auxílio, de planejamento para se executar lá na frente um projeto... Não, não é isso; nós todos estamos preocupados, querendo ajudar, querendo fazer alguma coisa, mas se faz necessário, neste momento, esclarecer alguns itens aqui, a competência do Vereador.

---

A Lei de Responsabilidade Fiscal é para o Executivo, regula o Executivo. Eu já fui Secretária de Estado, eu sei disso! Essa lei diz respeito a mim, ao Executivo – na minha época –, ou seja, não ao legislador, não ao Vereador. Eu não posso simplesmente decidir que eu vou dar cestas básicas, que eu vou fazer o auxílio-moradia, que eu vou interferir, que eu vou acarretar aumentos de despesa para o Executivo. Isso é importante que fique claro! Eu tenho uma competência, eu não posso extrapolá-la, sob pena de assinar ou de promover algo ilegal, irregular e inconstitucional.

Então é importante que os senhores e as senhoras entendam que o projeto do Ver. Thiago é extremamente válido, é meritório, tem muito conteúdo – ele é médico nessa área, eu sei disso. Mas o Ver. Dr. Thiago precisa entender neste momento que ele foi orientado pela Procuradoria desta Casa sobre uma série de ilegalidades neste projeto! Bastava apenas ele ter feito algumas emendas, suprimido algumas coisas, e o projeto teria se adequado. E, hoje, nós estaríamos aqui votando, aprovando um projeto que para vocês, senhores e senhoras que estão aqui solicitando essa nossa atenção, é fundamental! Mas não aconteceu isso! E nós estamos aqui discutindo algo que não deveria nem ser discutido porque é inconstitucional, é ilegal, é irregular! E eu tenho aqui as razões! Quando existe um veto, senhores, o principal embasamento para ele é a ilegalidade!

Então o que eu proponho nesta tribuna? Que se faça um novo projeto para que vocês tenham as suas necessidades. Nós não vamos conseguir atendê-los pelo simples fato de que existe uma ilegalidade. E quem subir nesta tribuna e falar o contrário estará enganando vocês, senhores e senhoras! Não é essa a verdade – prestem atenção: “Razões do veto. O projeto viola a competência concorrente entre União, Estado e Distrito Federal, prevista na Constituição Federal”. Menciona a decisão do Superior Tribunal Federal quanto à inconstitucionalidade de leis municipais que, apesar de arguir o interesse local, adentram a matéria que não é de sua competência, ampliando determinações contidas em regramento de âmbito nacional. Cita a Lei Federal nº 10. 674, de 16 de maio de 2003. Obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva...” E cita artigo por aí fora.

Senhores e senhoras, pela minha formação, eu não voto em nada que é ilegal, inconstitucional. Proponho que se faça um projeto novo, visando única e exclusivamente a atendê-los. É isso. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e outros, que solicita que sejam votados em destaque os artigos 3º e 4º do PLL nº 285/13, com Veto Total.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Carlos Casartelli, que solicita que seja votado em destaque o art. 7º do PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O Sr. Professor Garcia:** Sr. Presidente, só para orientação, na realidade são três destaques, é isso?

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Dois destaques.

**O Sr. Professor Garcia:** Um, para dois artigos, mais o do Ver. Carlos Casartelli?

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Isso. Dos artigos 3º e 4º e do artigo 7º do PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O Sr. Professor Garcia:** Primeiro eu gostaria que Vossa Excelência pudesse ler os dois. Depois, já estou prevendo a orientação de votos; como foi pedido destaque, podemos encaminhar os destaques, correto? Para o pressuposto do bojo, para valer os destaques, nós temos de convalidá-los e depois derrubar o veto; caso contrário, não tem validade. Eu estou colocando, mas gostaria de saber se é essa a orientação da Presidência?

**O Sr. Bernardino Vendruscolo:** Presidente, não tem muita pressa, mas eu gostaria que o nosso Diretor Dr. Luiz Afonso me respondesse sobre a base legal desses requerimentos para efeito de veto. Só a questão da base legal.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Respondendo ao Ver. Professor Garcia: primeiro nós temos que votar os requerimentos. Aprovados os requerimentos, vamos encaminhar a votação dos artigos destacados: os artigos 3º e 4º, destacados pela Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e outros; e o art. 7º, destacado pelo Ver. Casartelli.

**O Sr. Idenir Cecchim:** Presidente, é uma inovação aqui da Casa se destacar veto... Já foi feito isso? Teríamos que encaminhar para a Comissão de Constituição e Justiça para ver se tem fundamento.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Conforme solicitação do Ver. Bernardino e do Ver. Cecchim, vou ler a parte do Regimento sobre a questão do destaque nos vetos (Lê.): “Art. 179. A votação processar-se-á na seguinte ordem. (...) § 2º. As razões do veto serão discutidas englobadamente, mas a votação do projeto poderá ser feita por parte vetada, mediante requerimento aprovado pelo Plenário”.

**O Sr. Cláudio Janta (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

**A Sra. Jussara Cony (Requerimento):** Sr. Presidente, após uma discussão com a minha assessoria, após colher algumas informações, e mais, como uma postura política, solicito que o meu nome seja retirado do pedido de destaque dos artigos 3º e 4º.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Está feito o registro, Vereadora, vamos providenciar. Por solicitação do Ver. Professor Garcia, passo a fazer a leitura dos artigos (Lê.): “Art. 3º: Fica assegurada às pessoas com doença celíaca que comprovarem a impossibilidade financeira de suprir suas necessidades básicas de alimentação o repasse mensal de cesta básica composta somente de produtos isentos de glúten, por meio de programa socioassistencial próprio. Art. 4º - Ficam a cargo da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC): I - o cadastro de pessoas referidas no *caput* do art. 3º desta Lei; II - a distribuição de cestas básicas referidas no art. 3º desta lei”.

**O Sr. Professor Garcia (Questão de Ordem):** Sr. Presidente, o veto tem uma metodologia; eu gostaria de saber qual é a metodologia da votação desse destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Primeiro, nós vamos votar os requerimentos. Se aprovados os requerimentos, votaremos os artigos 3º e 4º, e depois o artigo 7º. Se os requerimentos não forem aprovados, vota-se o veto total.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e outros. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 18 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, o Requerimento de autoria do Ver. Carlos Casartelli. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21votos **SIM**; 8 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação os artigos 3º e 4º, destacados, do PLL nº 285/13, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação dos artigos 3º e 4º, destacados, do PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias. Nós tivemos hoje uma tarde especial, Ver. Cecchim, com o desdobramento de um veto que era um veto total. Mas acho que está se dando aqui, Ver. Alex, uma grande demonstração de que, muitas vezes, aquilo que é tentar transformar, Ver. Janta, em situação ou oposição, projeto de quem não é de situação não pode avançar, não é verdade. Inclusive, eu queria que o Ver. Thiago pudesse reconhecer nesse sentido, porque a Casa inteira está tentando, desde que começou a abordar este projeto em especial, Ver. Ferronato, construir as condições para se retirar a inconstitucionalidade, passar por cima da ilegalidade, Ver. Nereu, supri-la para poder atender ao mérito da questão, que logicamente é positivo.

E quando a Associação dos Celíacos esteve em nosso gabinete, eu sempre disse que fui favorável ao mérito, Ver. Cecchim, Ver. Kevin, até porque tenho uma esposa que é nutricionista, Ver. Airto Ferronato. Não poderia ser diferente. Mas logicamente, como bem destacou aqui o Líder do Governo em outra intervenção, não pode cada um dos Vereadores, a cada ano, fazer um projeto que gere despesa para o Executivo. Ainda mais para o Executivo Municipal, Ver. Villela, que tem o menor percentual de valor do bolo tributário, de tudo o que se arrecada neste País! Não cabem mais à despesa pública municipal novas despesas, Ver. Professor Garcia. E o que se tentou fazer aqui com o

---

---

destaque e a aprovação dos destaques é justamente suprimir essa parte que gerava obrigação, Ver. Paulinho Motorista, para o Executivo. E eu gostaria que isso pudesse ter o reconhecimento do Ver. Thiago, porque muitas vezes paira sobre ele uma possibilidade de perseguição. De minha parte, Ver. Thiago, nunca vai haver. Até porque sobra muito pouco no Legislativo Municipal para a gente legislar. Acho que toda a boa iniciativa neste Parlamento deve, sim, ser bem considerada e ter o seu avanço aqui. Como também, Ver. Janta, não posso concordar, muitas vezes, com algumas manifestações que o senhor faz, que em determinado momento votou favorável e depois votou contra. São momentos distintos. Muitas vezes, aqui, os projetos são encaminhados sem assinatura para poder tramitar. Eu acho que mesmo que não fosse aprovado este projeto – e eu vou encaminhar aqui pela aprovação dele, com a supressão dos destaques –, teria valido, Ver. Dr. Thiago, a discussão que se fez nesta Casa. Então, eu gostaria de encaminhar que, através dessa grande construção que foi feita com a participação de diversos Vereadores, em especial, do Ver. Casartelli - que está chegando a esta Casa, vem da área da Saúde e foi um dos que trabalhou no veto lá -, porque tinha a questão da geração da despesa. Que a gente possa, sim, com a manutenção dos destaques, mantendo o veto nos destaques, aprovar, então, a parte remanescente do projeto, que, com certeza, tem os seus méritos e vai fazer com que todos os celíacos tenham uma garantia adicional na sua saúde, que é o que há de mais importante na vida das pessoas. Então, eu gostaria aqui de fazer um encaminhamento: que nós possamos manter o veto dos destaques e aprovar o remanescente do projeto, para o bem da saúde dos celíacos da nossa Cidade. Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para encaminhar a votação dos artigos 3º e 4º, destacados, do PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. NEREU D'AVILA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores que nos honram com as suas presenças, vejam como é o destino. Primeiro, o projeto, sem dúvida, é de grande mérito. O jornal O Sul, ontem, trouxe uma página inteira, onde nós pudemos aprender o que é a doença celíaca, o intestino delgado, a interrupção da absorção das proteínas e, efetivamente, tratamentos caros e complicados. O Vereador

---

que apresentou o projeto é médico, mas apresentou um projeto ruim, mal redigido, tanto que ele está sendo completamente mutilado, tirado dele o que é de bom. E o que respondeu o Governo ao Vereador que nunca acompanha o Governo, agora consultado? Que para o benefício de mães, a cuja sensibilidade nós todos estamos solidários, que nós aceitássemos essa fatiação do projeto e o aproveitamento do principal, do mérito, que ninguém é contra. Como vamos ser contra atender pessoas que têm um problema grave, sabendo que a saúde pública é deficiente no País e aqui, no Rio Grande do Sul, que não foge à regra? Então, eu digo que o maior, o melhor, o mérito, o importante, o humanístico venceu e tinha que vencer! Os Vereadores, todos nós somos humanistas, todos nós sabemos dos problemas da saúde, todos nós queremos, sensibilizados nessas questões, apresentar o que há de melhor. Nesse ponto, eu parablenizo o Ver. Dr. Thiago por isso, porque ele é médico, é sensível, e foi ele o autor do projeto, embora ele tenha recolhido em outras situações para apresentar aqui. Mas, no frígir dos ovos e ao final das contas, nós estamos, inclusive, abrindo um precedente que nunca a Câmara abriu, Ver. Casartelli. E V. Exa. foi quem levantou essa questão muito oportuna, para a qual teve a aprovação do Líder do Governo. Enfim, fizemos um grande acordo. Qual é o acordo? Ressalvar o que é bom, e as mães saírem daqui confortáveis, sabendo que nós todos éramos a favor do mérito e somos a favor delas. Tanto era problema que foi retirada a maior parte do projeto. Tanto era mal redigido que foi retirado, mas ficou a parte boa, que interessa. E o que interessa hoje, então, é que sejamos humildes o suficiente para reconhecer que o Governo também reconheceu que não importa a autoria, porque não há vindita em relação a Vereador nenhum, porque o mérito vence as pequenas coisas. E as grandes coisas é que vencem na vida! E hoje a grande coisa aqui é que o mérito do projeto é indiscutível. A questão humanística é indiscutível!

Por isso, vamos votar, como sempre, o projeto e vamos derrubar o veto agora. Agora, vamos derrubar o veto votando “sim”, ou seja, todos sairão vencedores. Mas eu queria reconhecer também que a sensibilidade do Governo até me surpreendeu, porque o Governo não se importou com a autoria do projeto, importou-se com a essência do projeto, com a magnitude do projeto, com o humanismo do projeto, com o humanismo do projeto. Portanto, Ver. Ferronato, Líder do Governo, saímos todos felizes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação dos artigos 3º e 4º, destacados, do PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que se encontra nesta Casa durante toda a tarde. O que me impressiona é que até quando tem acordo, o acordo prejudica os pobres. Mas como assim? Para vocês saberem, nós estamos tirando o artigo 3º, que assegurava às pessoas com doença celíaca comprovarem a impossibilidade financeira de suprir suas necessidades básicas de alimentação, com o repasse mensal de cesta básica composta por produtos isentos de glúten.

O outro, o artigo 4º, diz que fica a cargo da Fundação de Assistência Social e Cidadania o cadastro das pessoas e a distribuição das cestas básicas referidas no artigo 3º desta Lei. Por esse acordo, nós estamos tirando fora esses dois artigos.

Por isso eu volto a dizer: faz-se acordo para prejudicar aqueles que precisam! Está errado! Nós estamos fazendo um acordo contra os pobres e os pequenos. Eu não vou votar nisto.

Eu quero ajudar os celíacos, mas quero ajudar quem pode e quem não pode pagar também. Porque aqui quem não pode pagar está sendo prejudicado. Então, não façam demagogia aqui. Sejam explícitos, sejam claros. Se é para prejudicar os pequenos e os que não podem pagar, não contem comigo. Vou ser honesto e vou votar de acordo com a minha consciência; não entro nesse arranjo. Eu estou contra isso, porque está prejudicando aqueles que precisam. E os que não podem pagar ficam de fora? E aqueles que poderiam gastar, eximem-se - fica uma barbada fazer acordo. Não estou fazendo parte desse acordo. Eu vou votar de acordo com a minha consciência. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação dos artigos 3º e 4º, destacados, do PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Presidente e demais Vereadores, logo que for promulgada esta lei, qualquer um de nós será capaz, juridicamente, de propor a mudança.

---

Então não fiquem muito nervosos, é possível se alterar a lei ou não? Muito bem. Eu gostaria só de lembrar e eu estou aqui, porque o Ver. Dr. Thiago é da Bancada do PDT, e como só fala um por bancada, imaginei que o PDT fosse pedir ao Dr. Thiago que encaminhasse. Vou só lembrar aqueles que criticam o projeto, que poderiam ter feito correções com emendas; os sábios poderiam ter corrigido o projeto na tramitação, no dia da votação. Então fazer discurso fácil é muito bonito. Eu quero cumprimentar a Bancada do PTB, especialmente, o Ver. Dr. Casartelli, porque nós avançamos, sim, e os senhores sabem, entendem, o significado desse avançar. Nós precisamos nos unir, Vereadores, não contra o Executivo, mas construirmos - Ver. Ferronato, quero cumprimentá-lo também pela liderança -, um mínimo, a possível independência dos Vereadores e a possibilidade de esta Casa propor projetos, de ser um pouco independente, sim. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação dos artigos 3º e 4º, destacados, do PLL nº 285/13, com Veto Total.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Só vou, Presidente, falar um minuto porque eu acho que essa construção está linda e emocionante. E nós não vamos usar uma maluquice como falou o Vereador Cecchim! Pelo amor de Deus, Ver. Cecchim! O Governo dizia que não dava para impor ao Governo, como oferecer as cestas básicas, que isso teria custo. Nós construímos uma mediação, a entidade, os representantes dos celíacos estão aqui, e eu quero dizer para vocês o seguinte: eu nunca aprendi tanto como nesta tarde. Não sei se vocês sabem, mas se um celíaco usar a mesma esponja para lavar uma panela, Ver.<sup>a</sup> Jussara, onde foi feita a comida, com trigo, e usaram outra, a criança, o adulto celíaco vai ter problemas – pode ter alergia, pode ir para o hospital, pode ter diarreia, desenvolver doenças. Toda a família acaba entrando numa loucura ou numa adequação, e a gente não faz ideia do drama que vivem as famílias dos celíacos. Então é emocionante a construção que estamos fazendo aqui.

Eu quero dizer, Casartelli, que, apesar de todas as desavenças com o Ver. Thiago, o seu papel é fundamental. A construção que vários Vereadores aqui fizeram é linda! Surgiu das preocupações de vários Vereadores da base do Governo, aqui, que não queriam, outra vez, produzir uma derrota, não queriam produzir ilegalidade.

---

Ver. Dr. Thiago, parabéns pela capacidade de diálogo! Eu acho que, hoje, aqui, construímos uma capacidade importante deste Parlamento: preservar o que é importante e trabalhar as nossas diferenças de outra maneira, de maneira a não prejudicar a população. Parabéns a vocês, e vamos à derrubada do veto!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação dos artigos 3º e 4º, destacados, do PLL nº 285/13, com Veto Total, como autor.

**O SR. DR. THIAGO:** Eu vim aqui nessa mesma tônica da Ver.<sup>a</sup> Sofia e de V. Exa., Ver. Cassio, destacar a construção coletiva. Eu acho que, realmente, a Câmara avança muito. Quero destacar aqui o papel importante do Ver. Aírto Ferronato nessa construção com o Executivo. Acho que isso é muito importante para a Cidade, é importante para os pacientes celíacos, e, sem dúvida nenhuma, quem não tinha nenhuma legislação, começa a ter outro olhar, Ver. Janta, Ver. Kevin, Ver. Casartelli, Ver. Brum, Ver. Elizandro, Ver. Bernardino, Ver. Márcio, Ver. Nereu, Ver. Professor Garcia, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, Ver.<sup>a</sup> Sofia, Ver.<sup>a</sup> Séfora, Ver. Prof. Alex, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, Ver. Comassetto, Ver.<sup>a</sup> Jussara – enfim, todos os Vereadores que, de uma forma ou de outra, construíram positivamente este projeto. Acho, Ver. Idenir Cecchim, que até os Vereadores que se manifestaram contra apontam para um futuro, para uma necessidade de realmente melhorar essa legislação; melhorar o cuidado e a atenção aos celíacos, e todas as contribuições aqui, sem dúvida alguma, são importantes. Eu quero destacar a construção coletiva, as emendas, as contribuições, talvez em função desses nossos desabafos, nesses últimos dois dias, isso possa ter sido possível, Delegado Cleiton. Sem dúvida alguma, acho que se cumpre aqui um papel fundamental, um papel do Legislativo, de discutir à exaustão os temas, mesmo depois que já tenham sido construídos com a sociedade. Nunca é tarde para retomarmos discussões e assuntos. O mundo é dinâmico, sustentável, cada dia mais se avança para isso; o mundo sustentável é possível, e sem dúvida alguma, precisa da participação de todos, da participação de todos nós que somos representantes legítimos da sociedade, para, efetivamente, construirmos políticas públicas que possam olhar para essas pessoas que têm essa doença, e possam, realmente, minimizar os problemas delas. A informação

---

pág. 59

---

é parte do tratamento, o alimento é o remédio, na doença celíaca. Essa é a grande questão e não é uma questão particular deste Vereador, é uma questão da sociedade porto-alegrense. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal os artigos 3º e 4º, destacados, do PLL nº 285/13, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADOS** os artigos 3º e 4º do Projeto por 3 votos **SIM**; 28 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**. Mantido o Veto.

Em votação o art. 7º, destacado, do PLL nº 285/13, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Professor Garcia está com a palavra para encaminhar a votação do art. 7º, destacado, do PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. PROFESSOR GARCIA:** Prezado Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o que eu vou externar não é a posição da totalidade da Bancada, porque o Ver. Idenir Cecchim liberou o posicionamento dos Vereadores da Bancada. A minha única preocupação é a proposição do Ver. Casartelli de não haver multa, pois é da técnica legislativa que o Vereador, ao propor uma lei, estabeleça a multa. Uma lei sem multa é uma lei inócua e deixa de ter validade. Então, nós temos que ter esse cuidado e a responsabilidade, porque, em função de um acordo, fará com que ninguém cumpra a lei, porque não tem multa, não tem penalidade. Então, nós temos que cuidar, porque, às vezes, garantimos de um lado e, na realidade, perdemos de outro. Então, eu volto a dizer que não é uma posição unânime da Bancada, combinamos com o Ver. Cecchim, mas eu quero deixar esse alerta de que se nós aprovarmos para retirada da multa, essa lei será inócua! Não terá validade, porque é da técnica legislativa, o Vereador tem que propor uma penalidade. Recentemente até o Ver. Dr. Thiago teve uma grande discussão, ele propôs, na questão das árvores, uma multa de R\$ 66 mil, e até falamos que era mais do que o valor do carro. E volto a dizer, temos que ter este cuidado, porque uma lei que não tem proposição de multa é uma lei inócua. Será que é isso que nós queremos, discutir toda a tarde e ter uma lei inócua? Este Vereador não vai aceitar, pelo menos como posição pessoal. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do art. 7º, destacado, do PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Muito rapidamente, Ver. Garcia, a preocupação de V. Exa. é correta. E nós estamos numa composição de acordo. Votemos retirando a multa, porque há muitos Vereadores que compreendem esse excessivo valor da multa – é uma posição respeitável. Então votemos retirando a multa, e, mais adiante, nos próximos dias, apresenta-se um projeto com uma multa que seja discutida e estabelecida por todos. Eu vou votar pela manutenção do veto.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para encaminhar a votação do art. 7º, destacado, do PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. CARLOS CASARTELLI:** Sr. Presidente, Vereadoras, Vereadores, todos os presentes, na verdade, eu vou ser bastante rápido, porque acho que todos estão querendo votar este projeto logo. Primeiro, eu acho que a gente tem que votar “não” agora, para que esse artigo passe a não constar na lei. E, como foi dito aqui, pode-se fazer uma outra lei depois, instituindo a multa. Além disso, quando a Vigilância Sanitária faz a visita nos estabelecimentos – bares, lancherias, restaurantes –, ela tem outras formas de punir, inclusive com o fechamento do estabelecimento, se ele não está cumprindo as legislações vigentes. Eu acho que a multa pode ser importante como regra, mas ela não impede que o estabelecimento seja penalizado se não cumpriu o que diz a legislação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal o art. 7º, destacado, do PLL nº 285/13, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o art. 7º do Projeto por 5 votos **SIM**; 25 votos **NÃO**. Mantido o Veto.

Em votação o PLL nº 285/13, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 285/13, com Veto Total.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Eu fico impressionado com os Colegas. Esta é uma Casa política. Vim à tribuna, fui o segundo a falar sobre este projeto e disse que quando se tem um bom projeto, temos de nos debruçar sobre ele e construirmos uma solução; eu creio que aqui está sendo construída uma solução que é viável e possível. Primeiro, porque reconhece a doença celíaca e determina que as escolas municipais ofereçam a merenda escolar adequada. Isso é ou não é um avanço? O Ver. Cláudio Janta veio à tribuna e destacou que o Executivo poderia fazer muito, mas tem que respeitar quando os legisladores têm uma boa proposta. Eu vim aqui para destacar principalmente a minha companheira Jussara Cony, que levantava alguns questionamentos e, também, ao Professor Garcia, que saiu a multa, o que está oportunizando ao Executivo que ele faça uma regulamentação da lei através de decreto. Então, eu quero trazer esse entendimento aqui. Este é um projeto construído com todas as mãos, e eu espero, Ver. Cleiton, que, no próximo projeto, que é de sua autoria, também possamos construir um entendimento positivo para aprová-lo. Fiz questão de trazer isso porque essa é uma construção. Quando tem um bom projeto para a Cidade, não tem oposição e situação, constrói-se uma proposta. E esse projeto está permitindo que o Executivo, Ver. Nereu, possa fazer uma complementação desses itens que nós colocávamos como temerários, ou que arriscavam ser inconstitucionais. Então, houve essa construção coletiva, e óbvio que temos que agora derrubar o veto. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Professor Garcia:** Sr. Presidente, foi dito pelo Ver. Comassetto algo que não é uma realidade. O Prefeito pode fazer um decreto, mas não tem poder de determinar multa, isso é prerrogativa do Legislativo. Por isso volto a dizer: vamos aprovar, tem mérito, mas é uma lei inócua.

**O Sr. Engº Comassetto:** Eu acho que a tribuna está liberada para ele fazer a contestação. Está equivocado o Professor Garcia, nós podemos discutir depois. Nós estamos transferindo ao Executivo um poder para ele complementar o projeto.

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal o PLL nº 285/13, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Projeto por 30 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto.

Em discussão o PLL nº 365/13, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 365/13, com Veto Total.

**O SR. PROFESSOR GARCIA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em especial saúdo as pessoas das galerias. Vejo todo o mérito do projeto do Ver. Delegado Cleiton, mas quero dizer que temos a responsabilidade, como gestores, legisladores e sabemos - e é por isso que eu insisto e às vezes me torno chato – que para incluir um novo feriado tem que ser retirado do calendário oficial de Porto Alegre outro feriado. E o projeto do Ver. Delegado Cleiton não nos diz qual feriado vai ser retirado.

Queremos empurrar para o Prefeito? O Prefeito simplesmente vai dizer que na lei não diz qual é o feriado a ser retirado do calendário. Mais uma vez, nós vamos votar algo que não terá validade. Volto a dizer que temos que ter responsabilidade. E é ruim dizer isto, enquanto vocês estão aqui dizendo que têm que aprovar, que têm que aprovar! Eu entendo que nós temos que aprovar, mas não dessa forma! Nós temos que vir aqui e dizer qual o feriado que vai ser retirado do calendário oficial de Porto Alegre! Não diz isso no projeto! Não podemos brincar de legislação. Temos responsabilidade.

Ver. Delegado Cleiton, eu sou totalmente favorável ao projeto; agora, aponte qual o feriado que nós vamos retirar do calendário oficial de Porto Alegre. Nessas circunstâncias, volto a dizer que V. Exa. talvez tenha que fazer um novo projeto de lei, porque vai ser mais um... E já foi feito, este Vereador já votou uma vez, na época do Carrion, que não andou porque não se apontou qual feriado seria retirado. Esse é um princípio básico, com o qual todos concordam. Por isso queria fazer este registro. Obrigado por me ouvirem. Respeito a posição dos senhores. Entendo, sim, que temos que marcar essa data. O feriado existe em mais de mil Municípios do nosso País, mas temos que ter a responsabilidade, fazer um diálogo e ver qual feriado vai ser retirado do calendário. Feito o registro, muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 365/13, com Veto Total.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, prezados construtores e defensores de uma sociedade democrática e igualitária. Nelson Mandela, quando assumiu o governo da África do Sul, disse: “Se organizem para me ajudar a fazer aquilo que nós precisamos fazer, porque os outros já estão organizados para não nos deixar fazer aquilo que precisamos fazer”. A sociedade brasileira tem uma dívida, tem uma reparação em curso, mas não concluída: reconhecer o significado, o trabalho e a magnitude que tem o papel da negritude no território brasileiro, seja através dos seus braços, do seu suor, das suas lágrimas e do seu sangue, que construíram a riqueza deste País; seja através da sua contribuição cultural - temos hoje aqui a maior festa popular do mundo, que vem das raízes da cultura africana, que é o carnaval; seja através da sua culinária que nós temos, de norte ao sul, exemplos, representações e qualificações; seja através das suas expressões religiosas, seja através das suas expressões, da defesa e proteção da natureza. O projeto foi apresentado aqui por um Vereador, que casualmente é negro, mas foi aprovado nesta Casa com o voto da totalidade dos outros Vereadores que não são negros. A disputa aqui não é uma questão de negro versus branco; é de uma Nação reconhecer e colocar na sua história, incluir no calendário oficial, o dia 20 de novembro como o dia nacional da luta contra o racismo, dia nacional da luta contra a intolerância, Dia Nacional da Consciência Negra, atribuído e construído pelo nosso herói de Rosário do Sul, Oliveira Silveira, que coordenou e construiu esse processo no Brasil. Nós temos que ter aqui uma posição política de reconhecer ou não reconhecer o dia 20 de novembro como um dia de respeito da cidade de Porto Alegre. Se há colisão com outro feriado, é uma questão de gestão e de administração, e o Executivo Municipal tem, sim, condições de fazer esse debate com a sociedade. Por que o Prefeito não convoca então o plebiscito da Cidade, um debate para ver – se tiver que sair um dia de feriado – qual é o dia que sai, para poder reconhecer e fazer esse reparo? Alternativas nós temos.

Portanto, neste momento, o entendimento nosso, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, junto com todos aqueles que constroem uma Nação e uma Cidade que representa o espírito da inclusão, que representa o espírito da igualdade, que representa

---

---

o espírito do reparo histórico que precisamos ainda avançar, é dizer que o projeto do Ver. Delegado Cleiton, que vem a esta Casa, faz as suas justificativas, e aqui votamos e aprovamos, e o Prefeito opta por vetar, não significa uma queda de braço com o Executivo. Significa tomarmos uma decisão de autonomia política e de reconhecimento dessa lacuna histórica, e depois vamos resolver o outro problema se tiver que sair um dia do feriado. Então convido os colegas Vereadores para reafirmarmos esse compromisso. E compromisso é compromisso, construção é construção. Somos parceiros para isso. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 365/13, com Veto Total.

**O SR. ALBERTO KOPITTKE:** Caros colegas, não poderia me eximir de vir aqui discutir o tema, porque já o fiz, já parabeneizei o Ver. Delegado Cleiton quando nós avaliamos e apreciamos este projeto, e venho discutir, sim, o mérito dele. Sempre que queremos fugir de um assunto, encontramos alguma justificativa legal para nos eximir de discutir o conteúdo, o mérito do assunto. E aí tem lei para tudo. O grande problema é que o racismo – e não é o problema aqui dos colegas, mas é sobre o que nós podemos influir tomando a decisão sobre este projeto, é disso que eu estou falando – está impregnado na nossa sociedade. E aquele sonho, do qual o Ver. Comassetto também falou, dito há tantos anos por Martin Luther King, de uma sociedade em que crianças brancas e pretas pudessem se criar juntas e em paz, em que as crianças, independente das religiões, pudessem se ver como iguais, nós não estamos nos aproximando mais dele no mundo; nós estamos nos afastando mais dele no mundo.

No Brasil, a marca do preconceito racial e religioso, porque são assuntos que se entrelaçam, faz com que nós sejamos hoje o País com maior número de jovens negros mortos do mundo. A juventude negra brasileira está sendo exterminada, seja com o discurso do tráfico de drogas, com qualquer discurso justificador, como diria o Prof. Zaffaroni, são apenas discursos que encobrem uma prática de extermínio que está ocorrendo diante dos nossos olhos. E no futuro nós vamos olhar com vergonha para os dias de hoje. E este projeto busca atacar esse assunto, propondo um símbolo. E símbolos

---

---

têm que ser feitos de escolhas. Nós temos no nosso plenário apenas um símbolo religioso, de uma religião. Apenas de uma! Majoritária, é verdade, mas é só uma! E eu tenho absoluto respeito aos seus seguidores, desde que nossa Nação possa ser uma nação plural. Eu sempre lembro a todos, Ver. Paulinho de Odé - que sempre é minha orientação nessa temática -, que o DOPS nasceu em 1922 contra o batuque. O DOPS nasceu no Brasil para prender batuqueiro e todas as religiões de matriz africana. E tem que escolher, sim, tirar um feriado, eu não entendo por que os três feriados da Cidade são de uma religião só. E eu respeito todas as manifestações. A Padroeira da Cidade, obviamente, todos temos o maior carinho por aquela grande manifestação, tenho afeto, já participei. Já estive em várias atividades de *Corpus Christi*, de Sexta-Feira Santa, mas por que os três feriados têm que ser de uma religião só? Eu quero mudar isso, quero que tenha nome, quero que o nome seja da luta contra o racismo, da luta pela tolerância religiosa, e isso se faz com opções, não é confronto, mas são opções. Não se constrói uma sociedade mais plural sem ter coragem de propor esse assunto, de debater esse assunto. E o Prefeito teve uma grande oportunidade de fazê-lo. Eu respeito que ele seja seguidor de uma religião, ele sempre afirma isso no final de seus discursos, mas acho que eu quero uma Porto Alegre de todas as religiões, não de uma só. Não de uma vertente só de fé, eu quero todo tipo de fé nesta Capital, que elas possam ter o seu dia marcado no calendário da nossa Cidade. Isso vai nos sancionar numa Cidade mais plural. E por isso eu venho dialogar com os colegas. Uma reflexão, uma opção, o Prefeito pode, sim, escolher um desses calendários aqui, não da nossa padroeira, obviamente, quando nós temos a nossa grande procissão, mas, por que não... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Alguns ficam aqui com receio de dizer qual retirar, não é crítica nenhuma aqui. Nós estamos falando de política, nós estamos falando de sociedade. Por que não retirar aqui o *Corpus Christi*, por exemplo, com todo respeito.

Então, acho que nós temos um grande momento aqui, a comunidade mobilizada, a comunidade de religião de matriz africana, os lutadores pela causa racial, da luta contra o preconceito, do movimento negro, todos têm o mais absoluto respeito. A luta contra o racismo tem que ser todo dia e ela se dá com opções, assim como a luta contra o machismo, à homofobia e todas as formas de intolerância. É com opção que se muda o mundo; não, simplesmente, ficando no conformismo e fazendo como se esse assunto não

---

fosse nada. Espero que a gente... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 365/13, com Veto Total.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não sou ninguém aqui para corrigir alguém, mas quero dizer para o Ver. Alberto Kopittke que a padroeira da cidade de Porto Alegre é Nossa Senhora do Menino Deus. Nossa Senhora do Menino Deus é a padroeira de Porto Alegre, mãe de Deus, não é Nossa Senhora dos Navegantes. Nós criamos o feriado da Nossa Senhora dos Navegantes em função da grande procissão que tem, e é feriado para ela.

Eu acho que nós temos que ter coragem mesmo de tirar um feriado. Eu acho que nós temos aí, além de Nossa Senhora Aparecida, que é uma santa negra, temos mais Santo Agostinho, São Benedito - dois santos negros -, se a questão é que tem que ser feriado católico, se a lei diz que tem que ser um feriado católico, nós temos mais dois santos negros. Nós podemos muito bem, eu não tenho problema nenhum, e tinha sugerido já ao Ver. Delegado Cleiton isto, tinha sugerido aqui na tribuna que o Prefeito encaminhasse para nós aqui o veto, sugerindo que esta Casa indicasse um feriado para tirar.

Eu acho que nós não teríamos problema nenhum em tirar o feriado do dia 2 de novembro. O Dia dos Mortos para mim não é 2 de novembro, o Dia dos Mortos, para mim, foi ontem. Eu fui ao cemitério, na segunda-feira de manhã, porque eu perdi a minha avó no dia 5 de maio e perdi o meu avô no dia 5 de março, agora. Então, o Dia dos Mortos é o dia em que cada um perdeu seu ente querido. Quem disse que tem que ser dia 2 de novembro? Onde está isso? Está lá na Lei de 1949, que tem que ser dia 2 de novembro.

**A Sra. Fernanda Melchionna:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigada, Ver. Cláudio Janta, eu quero ser muito breve, só para dizer que eu recebi do Movimento, que o Supremo Tribunal Federal tem o entendimento de que não existe inconstitucionalidade, que os Municípios não precisam se ater aos vinte feriados nacionais, que pode, sim, pelo princípio local, ter um outro feriado, sem mexer nos outros

feriados. Portanto, poderia ser incluído o Dia da Consciência Negra sem alterar nenhuma outra data. Parabéns pela posição e obrigada pelo aparte.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Então, que se tire o Dia dos Mortos, porque não é um dia unificado em nenhum lugar do mundo. Cada país, e aqui mesmo, no Mercosul, cada país comemora num dia, cada país comemora numa data. Não é uma data específica, ela foi criada em 1949, fiz todas as pesquisas possíveis para descobrir por que o dia 2 de novembro é Dia dos Mortos. E não tem explicação nenhuma. Deve ter sido a data em que algum parente do legislador faleceu.

Agora, a consciência negra, a luta pela tolerância, a luta pela igualdade, ela merece uma data específica, e essa data, com certeza, é o dia 20 de novembro.

Não adianta trazer o argumento econômico. O argumento que o econômico traz, eu discuto com o econômico há muito tempo. Ele não altera. O que altera as vendas é a economia, o que altera as vendas é a inflação alta, o que altera as vendas é o desemprego, o que altera as vendas é a falta de incentivo ao consumo. Não é um feriado que vai alterar as vendas. Pelo contrário, um feriado bem usado, em vários países do mundo, aumenta as vendas. Pelo contrário, um feriado bem utilizado em vários lugares do mundo aumenta e multiplica - e muito - as vendas.

Então, eu acho que devemos derrubar este veto, acho que temos um dever secular com o povo negro, de manter o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra, o dia contra a intolerância. Não é um dia só dos negros, é um dia de todas as pessoas que sofreram preconceito, os gordos, os gays, as lésbicas, todo esse povo que sofre com a intolerância. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação a prorrogação da Sessão por mais duas horas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLL nº 365/13, com Veto Total.

---

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que aqui nos assiste, em especial a mãe Norinha, que nos representa, e aqui, desde as 14h, com os seus 77 anos, não é mãe Norinha? Sentada aqui, porque ela sabe, senhores, ela luta, há muitos anos, por isso. E eu aqui, senhores, eu não sei se vou conseguir chegar até o final, porque estou abatido, estou abalado com algumas situações, porque vejo, às vezes, senhores, e pode ser a minha falta de experiência política. Às vezes, eu não vejo esquerda, direita, oposição e situação. Eu vejo projetos bons para a Cidade, projetos bons para a sua comunidade. E aqui, senhores, todos sabem, eu até tenho medo de colocar neste momento algum argumento que dê motivo para que não se vote esse feriado. Quando a gente sobe aqui para defender um projeto, muitas vezes, pode até ser contra o seu Governo. Às vezes, derrubar um veto, senhores, é trazer para dentro do projeto de Governo alguma coisa que pode ser boa. Então, muitas vezes, quando eu voto aqui, e as pessoas acham que eu estou indo contra o meu Governo, não é verdade. Por pensar assim que voto da oposição não é um voto ruim, ou o voto da situação não é um voto ruim, muitas vezes, eu tenho trazido alguns debates aqui para que fortaleça o nosso Governo, assim como quando a gente defende aqui situações de comunidades! Eu me lembro aqui, senhores, do meu amigo, Idenir Cecchim, da garra com que ele subiu aqui em cima, quando diziam para ele que não era para ele tentar um projeto que beneficiasse uma comunidade, que é a Comunidade Petrópolis. Eu me lembro quando ele subiu aqui e defendeu, com unhas e dentes, porque acreditava naquela comunidade. Quando o meu amigo Brum sobe a esta tribuna, nós defendemos a acessibilidade, porque é justo que todos nós tenhamos direitos iguais. O Ver. Cassio, quando veio com um projeto, porque foi pedido a ele pelos trabalhadores da Brigada Militar, em nome da situação e da oposição, eu vi ser negado. “Mas espera um pouquinho, este é o meu voto, este é o meu projeto! Foi pedido pelos trabalhadores!” E assim acontece com vários projetos, senhores, que nós trouxemos. Nós estamos mais perto da comunidade! Nós, que andamos nas vilas, nas periferias, estamos mais perto da comunidade! Então, senhores, quando viemos aqui defender o nosso projeto... E eu me lembro que o Ver. Kevin, quando trouxe o projeto da reorganização da FASC, subiu aqui e lutou até o final, era do mandato dele, era de uma comunidade, das pessoas da FASC! Ele lutou até o final, até que fosse votado em seu favor. E assim por diante, senhores.

---

Então o que eu estou aqui pedindo para os senhores é que tenhamos respeito com a comunidade. É a mesma comunidade, senhores, em que fomos buscar votos, na periferia; é a mesma comunidade em que fomos desfilar, na escola de samba.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Vereador, o seu tempo encerrou. Inscrevo-me para discutir a matéria e cedo o meu tempo a Vossa Excelência.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Obrigado.

**O Sr. Bernardino Vendruscolo:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Delegado Cleiton, primeiro, quero cumprimentá-lo e elogiá-lo por esta garra, por esta luta, pela sua convicção – os homens vivem das suas convicções. Vereador, gostaria de lhe dizer que me preocupo muito com a questão de mais um feriado e tal. Mas acima dessa preocupação, está a certeza da necessidade que nós temos de valorizar as etnias que povoaram e povoam o Estado do Rio Grande do Sul e o Brasil, e nós não temos feito isso. O negro tem uma importância muito grande na cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Eu já disse em outras oportunidades: muitos negros não têm noção da importância dos seus antepassados. E esses muitos são os pobres que têm dificuldades em estudar, de frequentar uma escola decente. E é por isso, Ver. Delegado Cleiton, pela importância das etnias como um todo, a do negro em especial e do compromisso que assumi com V. Exa. que votou no meu projeto, compromisso esse que eu assumi, Ver. Delegado Cleiton, eu vou ficar aqui esperando o momento de votar, para votar com V. Exa., dar-lhe um fraterno abraço e lhe cumprimentar, mais uma vez, pela garra e pela luta.

**O Sr. Dr. Thiago:** V. Exa permite um aparte? (Assentimento do orador) Ver. Delegado Cleiton, palavra dada é palavra empenhada, é palavra cumprida. Assumi também com V. Exa. o compromisso e vou aqui ficar até a votação do seu projeto. Eu quero lhe render sinceros elogios pela sua emoção, a gente nota que as palavras saem do âmago da sua alma. Eu que tive - porque faleceram - familiares negros e acho que muitas vezes falta o grande reconhecimento, o reconhecimento que nunca é demais, o reconhecimento prioritário à cultura e ao legado que o negro nos deixa. Parabéns, Delegado, pelo seu pronunciamento e vamos continuar juntos.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** O que eu estou pedindo aqui, senhores, é um protagonismo atrasado, porque esse feriado nasceu aqui em Porto Alegre. Esse feriado foi de um poeta, junto com outros companheiros que discutiam o que seria uma data de fortalecimento das lutas dos negros, Oliveira Silveira. E, pasmem, senhores, aqui em Porto Alegre nós não temos esse feriado; mas temos em 1.067 cidades; não em Porto Alegre, e no Rio. Claro que quando não se quer, a gente arranja motivos. Claro que quando não se quer, se arranja motivos, senhores! Escondem-se, colocam situações que nós podemos sanar. Na verdade, se nós aqui presentes quiséssemos sanar qualquer vício, nós aqui sanávamos. E vem a Fernandinha aqui dizer que, se nós colocássemos com o companheiro Dr. Gledson – que nos trouxe uma pesquisa com um feriado de interesse local –, nós sanamos. E se nós quiséssemos, senhores, se não tivesse lá atrás algum outro interesse, nós poderíamos claramente trocar por qualquer um dos feriados, mas eu indico aqui o dia 2 de novembro, o feriado de finados, que é um feriado nacional e não é municipal. Eu sei que muitos têm, em seu voto, a situação de mais um feriado e que possa prejudicar a arrecadação, senhores, mas atrás dessas arrecadações, atrás dos balcões, atrás dos trabalhadores quase sempre têm um negro! Então, este é o momento de homenagearmos os trabalhadores do comércio. Então, peço de coração e termino com um poema de Oliveira Silveira: “Eu bato contra o muro/duro/esfolo minhas mãos no muro/tento longe o salto e pulo/dou nas paredes do muro/duro/não desisto de forçá-lo/hei de encontrar um furo/por onde ultrapassá-lo”. Depende de cada um dos Srs. Vereadores. Até pouco tempo tínhamos o quórum de 34 Vereadores, agora, temos um número bem inferior, mas que podem, sim, votar e trazer essa dignidade. Como diz aquela faixa lá em cima, é uma questão de respeito e justiça com uma comunidade que sangrou para que este País fosse forte, uma comunidade que ainda está esquecida. Uma comunidade que, ontem, no projeto da AEIS, era maioria e não tinha habitação. E foi por isso, senhores, que eu votei neste projeto, porque eu não queria abrir o jornal e ver que aquelas pessoas amanhã estariam sem... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Professor Garcia:** Sr. Presidente, eu coloquei, fiz a minha manifestação, respeito e desejo que haja o feriado, e o Ver. Cleiton apontou, não está no bojo do projeto o dia 2 de novembro. Eu só gostaria que V. Exa. respondesse se é possível o dia 2 de novembro, não estando no projeto, fazer a alteração, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Ver. Professor Garcia, no momento em que a Câmara aprovou o projeto, encerrou o ofício da Câmara, então, a Câmara não tem mais como modificar. (Palmas.)

**O Sr. Cláudio Janta (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quatorze Vereadores presentes. Não há quórum.  
Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 19h01min.)